

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025





Índice	2
Demonstrações Contábeis	2
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10
1 – O Banco e suas operações.....	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis.....	31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias.....	34
6 – Informações por segmento.....	35
7 – Caixa e equivalentes de caixa.....	38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil.....	39
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	40
10 – Títulos e valores mobiliários.....	42
11 – Instrumentos financeiros derivativos.....	48
12 – Carteira de crédito.....	55
13 – Outros ativos.....	70
14 – Investimento.....	72
15 – Imobilizado.....	76
16 – Intangível.....	77
17 – Recursos de clientes.....	79
18 – Recursos de instituições financeiras.....	82
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários.....	85
20 – Outros passivos.....	87
21 – Provisões e passivos contingentes.....	89
22 – Tributos.....	94
23 – Patrimônio líquido.....	97
24 – Receitas de prestação de serviços.....	102
25 – Despesas Administrativas.....	103
26 – Outras receitas e outras despesas.....	104
27 – Partes relacionadas.....	105
28 – Benefícios a empregados.....	109
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros.....	119
30 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	124
31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos.....	139
32 – Transferência de ativos financeiros.....	140
33 – Resultado recorrente e não recorrente.....	142
34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	143
35 – Outras informações.....	144
36 – Eventos subsequentes.....	147
Relatório dos Auditores Independentes	148
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	156
Manifestação do Conselho de Administração	158
Parecer do Conselho Fiscal	159
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	160
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	161
Membros da Administração	162



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	17.192.762	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		8.297.752	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	10.b	3.669.173	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.628.579	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		631.884.974	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	10.c	631.884.974	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.655.274.123	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	187.012.603	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	10.d	72.422.703	82.141.286
Carteira de crédito	12	1.204.776.235	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	13	71.046.449	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(102.776.536)	(103.790.491)
Carteira de crédito	12	(98.004.759)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	9 e 13	(4.771.777)	(5.051.806)
Ativos fiscais		97.419.480	101.077.006
Correntes		11.548.781	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	22	85.870.699	88.668.550
Investimentos		41.173.368	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.064.231	20.388.708
Outros investimentos		143.790	143.790
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.653)	(6.155)
Imobilizado	15	16.967.411	17.521.224
Imobilizações de uso		27.335.964	27.959.857
Direito de uso		4.377.166	4.680.985
Depreciação acumulada		(14.723.055)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor recuperável		(22.664)	(25.447)
Intangível	16	11.953.028	12.034.747
Ativos intangíveis		22.251.907	22.811.545
Amortização acumulada		(10.259.346)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável		(39.533)	(69.424)
Outros ativos não financeiros	13	37.388.944	39.815.755
Total do ativo		2.414.775.306	2.451.620.708
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		4.476.749	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.476.749	4.474.734
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.135.779.671	2.149.141.134
Recursos de clientes	17	860.648.320	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	18	755.054.062	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	326.682.384	331.537.120
Outros passivos financeiros	20	193.394.905	192.627.318
Provisões		36.048.625	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	29.455.991	29.889.800
Outras provisões		6.592.634	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31	789.283	793.913
Passivos fiscais		16.230.257	21.179.813
Correntes		1.721.395	6.425.409
Diferidos	22	14.508.862	14.754.404
Outros passivos não financeiros	20	36.862.963	46.727.068
Total do passivo		2.230.187.548	2.259.515.413
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.417.307
Reservas de lucros	23.d	83.087.465	82.301.417
Outros resultados abrangentes	23.h	(19.658.517)	(19.658.517)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(258.497)
Participação dos não controladores	23.i	--	4.203.585
Total do patrimônio líquido	23	184.587.758	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido		2.414.775.306	2.451.620.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Receitas da intermediação financeira		167.197.042	293.379.482	172.557.957	304.392.156
Carteira de crédito	12.b	96.061.398	171.525.305	98.813.368	176.834.366
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	22.152.789	39.586.907	22.190.357	39.634.541
Títulos e valores mobiliários	10.f	44.092.180	74.702.534	46.659.021	80.392.964
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(675.778)	(3.041.823)	(671.364)	(3.102.107)
Aplicações compulsórias	8.b	5.490.511	9.990.143	5.490.511	9.990.143
Outros ativos financeiros		75.942	616.416	76.064	642.249
Despesas da intermediação financeira		(116.659.664)	(196.421.687)	(117.909.971)	(198.953.205)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(54.911.411)	(86.179.568)	(53.422.984)	(83.469.233)
Recursos de clientes	17.c	(37.029.745)	(69.743.610)	(39.538.480)	(74.478.420)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(22.316.452)	(40.735.273)	(22.642.705)	(41.431.049)
Outras despesas de captação	20.b	(2.402.056)	236.764	(2.305.802)	425.497
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(36.922.811)	(65.649.161)	(37.346.015)	(66.387.625)
Carteira de crédito	12.h	(36.663.346)	(65.396.706)	(37.199.708)	(66.079.855)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		82.895	203.101	82.497	202.377
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(342.360)	(455.556)	(228.804)	(510.147)
Resultado da intermediação financeira		13.614.567	31.308.634	17.301.971	39.051.326
Outras receitas/despesas operacionais		(5.853.288)	(12.260.941)	(5.522.291)	(11.684.777)
Receitas de prestação de serviços	24	9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063
Despesas de pessoal	25.a	(11.905.125)	(23.915.798)	(13.037.027)	(26.236.694)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.898.573)	(15.511.758)	(7.637.319)	(14.976.597)
Despesas tributárias	22.c	(3.134.116)	(6.205.932)	(4.592.063)	(8.967.623)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631
Outras receitas/despesas	26	(1.648.838)	(3.090.619)	(2.387.710)	(4.633.557)
Provisões		(6.624.478)	(12.396.367)	(6.663.835)	(12.478.640)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21.b	(6.624.478)	(12.383.701)	(6.663.686)	(12.465.825)
Outras		--	(12.666)	(149)	(12.815)
Resultado operacional		1.136.801	6.651.326	5.115.845	14.887.909
Resultado não operacional		160.430	165.164	286.507	423.841
Resultado antes dos tributos e participações		1.297.231	6.816.490	5.402.352	15.311.750
Imposto de renda e contribuição Social	22	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589
Participação de empregados e administradores no lucro		(984.560)	(2.249.194)	(998.895)	(2.272.210)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	(1.667.504)	(3.326.116)
Lucro líquido		8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Não controladores		--	--	1.667.504	3.326.116
Lucro por ação	23.e				
Número médio ponderado de ações – básico e diluído		5.708.696.148	5.708.696.148		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,45	3,18		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Participação dos acionistas não controladores	--	--	1.667.504	3.326.116
Lucro líquido atribuível aos acionistas	8.267.538	18.151.787	9.668.168	21.134.129
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.423.585	3.875.953	1.456.410	3.760.810
Ganhos/(perdas) não realizados	2.543.108	6.944.636	2.695.020	7.104.861
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(103.642)	(196.227)	(200.041)	(528.584)
Efeito tributário	(1.015.881)	(2.872.456)	(1.038.569)	(2.815.467)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	78.379	153.202	151.081	384.803
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(32.444)	168.957	(16.528)	391.122
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(6.640)	(65.182)	(6.640)	(65.182)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	249.539	316.162	366.991	472.524
Efeito tributário	(132.076)	(266.735)	(192.742)	(413.661)
Hedge de investimento líquido no exterior	(6.775)	113.686	(6.775)	113.686
Ganhos/(perdas) não realizados	(12.318)	206.700	(12.318)	206.700
Efeito tributário	5.543	(93.014)	5.543	(93.014)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(770.559)	(2.118.593)	(960.883)	(2.622.711)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	156	148.480	(35.455)	115.373
Ganhos/(perdas) não realizados	8.579	268.831	(64.469)	206.446
Efeito tributário	(8.423)	(120.351)	29.014	(91.073)
Planos de benefício definido	2.782.353	(516.068)	2.782.353	(516.068)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	5.291.254	(934.621)	5.291.254	(934.621)
Efeito tributário	(2.508.901)	418.553	(2.508.901)	418.553
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	3.507.139	1.656.660	3.386.731	1.235.893
Resultado abrangente do período	11.774.677	19.808.447	13.054.899	22.370.022
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	11.774.677	19.808.447	11.507.804	19.464.673
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.547.095	2.905.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	1.416.070	15.715.601	61.025.581	(23.165.656)	(257.260)	--	174.734.336
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	1.256.235	--	--	1.256.235
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	2.782.353	--	--	2.782.353
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(770.559)	--	--	(770.559)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(3.652)	--	--	(3.652)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	(6.775)	--	--	(6.775)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(3.251)	--	--	(3.251)
Outros		--	--	--	--	252.788	--	(14.291)	238.497
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	8.267.538	8.267.538
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	413.377	7.077.705	--	--	(7.491.082)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(1.144.799)	--	--	(762.165)	(1.906.964)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Mutações do período		--	--	413.377	5.932.906	3.507.139	--	--	9.853.422
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	3.897.188	--	--	3.897.188
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(516.068)	--	--	(516.068)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(2.118.593)	--	--	(2.118.593)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(35.850)	--	--	(35.850)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	113.686	--	--	113.686
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(7.251)	--	--	(7.251)
Outros		--	--	--	--	323.548	--	27.443	350.991
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	18.151.787	18.151.787
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	907.590	4.979.137	--	--	(5.886.727)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(4.421.674)	--	--	(762.165)	(5.183.839)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Mutações do período		--	5.476	907.590	557.463	1.656.660	4.786	11.530.338	14.662.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	5.100.000	1.417.065	15.715.601	60.509.574	(23.165.656)	(258.255)	--	4.230.670	183.548.999
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	1.256.235	--	--	(47.537)	1.208.698
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	2.782.353	--	--	--	2.782.353
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(770.559)	--	--	(190.324)	(960.883)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(3.652)	--	--	--	(3.652)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(6.775)	--	--	--	(6.775)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(3.251)	--	--	--	(3.251)
Outros		--	--	--	--	--	252.788	--	(14.291)	117.453	355.950
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	242	--	--	--	(242)	--	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(2.856)	(2.856)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	8.000.664	1.667.504	9.668.168
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(3.167)	--	(3.167)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(270.041)	--	--	270.041	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	413.377	7.077.705	--	--	(7.491.082)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.571.325)	(1.571.325)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(1.144.799)	--	--	(762.165)	--	(1.906.964)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Mutações do período		--	(1.000.000)	242	413.377	5.662.865	3.507.139	(242)	--	(27.085)	8.556.296
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	3.897.188	--	--	(72.876)	3.824.312
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(516.068)	--	--	--	(516.068)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(2.118.593)	--	--	(504.118)	(2.622.711)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(35.850)	--	--	--	(35.850)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	113.686	--	--	--	113.686
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(7.251)	--	--	104	(7.147)
Outros		--	--	--	--	--	323.548	--	27.443	156.123	507.114
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	5.236	--	--	--	5.026	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(231.165)	(231.165)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	17.808.013	3.326.116	21.134.129
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(35.267)	--	(35.267)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(379.041)	--	--	379.041	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	907.590	4.979.137	--	--	(5.886.727)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.883.979)	(2.883.979)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.421.674)	--	--	(762.165)	--	(5.183.839)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Mutações do período		--	(1.000.000)	5.236	907.590	178.422	1.656.660	5.026	11.530.338	(209.795)	13.073.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		Exercício/2025	Exercício/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		18.151.787	17.808.013
Ajustes ao lucro líquido		46.363.104	63.528.052
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		65.649.161	66.387.625
Depreciações e amortizações		4.748.534	4.908.807
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(8.082.710)	(9.369.942)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(77.348)	(90.270)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(16.950.697)	(8.316.631)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(215.775)	(211.278)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	12.383.701	12.465.825
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(3.210.025)	(3.210.025)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.496.668	7.550.260
Resultado dos não controladores		--	3.326.116
Imposto de Renda e Contribuição Social		(13.584.491)	(8.094.589)
Outros ajustes		(793.914)	(1.817.846)
Lucro líquido ajustado		64.514.891	81.336.065
Variações Patrimoniais		95.924.193	77.457.772
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(4.318.545)	(4.318.545)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		187.806.166	187.124.397
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(3.668.845)	(7.619.642)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.255.654	4.236.070
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(63.163.911)	(66.942.152)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		68.118.296	68.413.156
(Aumento) Redução em outros ativos		525.355	(370.909)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.646.066)	(6.479.491)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		34.752.388	31.620.456
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		12.711.484	14.653.108
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		4.657.945	(296.309)
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(142.214.316)	(138.700.303)
(Redução) Aumento em outros passivos		(1.891.412)	(3.862.064)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		160.439.084	158.793.837
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(362.054.620)	(373.112.342)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		216.371.712	232.845.235
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(37.711.723)	(45.323.381)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		4.311.818	16.192.932
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		13.311.084	8.369.146
Aquisição de imobilizado de uso		(3.474.653)	(3.626.371)
Alienação de imobilizado de uso		13.163	13.403
Aquisição de intangíveis		(3.441.486)	(3.500.092)
Aporte de capital na Broto S.A.		(15.000)	(15.000)
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	3.458
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(172.689.705)	(168.153.012)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		4.062.034	4.062.034
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(2.694.118)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.680.889)	(6.680.889)
Liquidação de arrendamentos		(1.309.310)	(1.309.310)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.928.165)	(6.622.283)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(16.178.786)	(15.981.458)
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.496.668)	(7.550.260)
Fim do período		58.474.875	59.635.525
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(16.178.786)	(15.981.458)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado					
		2º Semestre de 2025	Exercício/2025	2º Semestre de 2025	Exercício/2025				
Receitas		132.087.915	231.843.621	144.141.084	256.038.965				
Receitas da intermediação financeira		167.197.042	293.379.482	172.557.957	304.392.156				
Receitas de prestação de serviços		9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(36.922.811)	(65.649.161)	(37.346.015)	(66.387.625)				
Outras receitas/(despesas)		(8.103.625)	(15.399.169)	(8.768.700)	(16.778.629)				
Despesas da intermediação financeira		(116.659.664)	(196.421.687)	(117.909.971)	(198.953.205)				
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.811.770)	(9.270.575)	(4.444.035)	(8.550.146)				
Materiais, água, energia e gás	25	(206.067)	(439.270)	(229.243)	(483.040)				
Serviços de terceiros	25	(441.739)	(850.571)	(211.471)	(444.041)				
Comunicações	25	(191.566)	(401.325)	(229.171)	(473.408)				
Processamento de dados	25	(1.171.295)	(2.261.084)	(892.711)	(1.702.184)				
Transporte	25	(32.591)	(81.538)	(44.323)	(104.820)				
Serviços de vigilância e segurança	25	(721.479)	(1.434.201)	(743.036)	(1.475.746)				
Serviços do sistema financeiro	25	(219.351)	(447.456)	(270.631)	(561.865)				
Propaganda e publicidade	25	(295.915)	(528.443)	(320.765)	(571.121)				
Manutenção e conservação de bens	25	(636.493)	(1.272.052)	(427.420)	(873.253)				
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(9.261)	77.348	3.661	90.270				
Outras		(886.013)	(1.631.983)	(1.078.925)	(1.950.938)				
Valor Adicionado Bruto		10.616.481	26.151.359	21.787.078	48.535.614				
Despesas de amortização/depreciação		(2.583.275)	(4.748.534)	(2.670.595)	(4.908.807)				
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		8.033.206	21.402.825	19.116.483	43.626.807				
Valor Adicionado Recebido em Transferência		8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631				
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631				
Valor Adicionado a Distribuir		16.849.261	38.353.522	23.550.469	51.943.438				
Valor Adicionado Distribuído		16.849.261	38.353.522	23.550.469	51.943.438				
Pessoal		11.524.850	68,39%	23.274.701	60,68%	12.604.656	53,52%	25.471.487	49,02%
Salários e honorários		6.177.654		12.220.920		6.976.289		13.852.223	
Participação de empregados e administradores no lucro		984.560		2.249.194		998.895		2.272.210	
Benefícios e treinamentos		2.719.414		5.200.212		2.860.032		5.477.559	
FGTS		481.239		942.046		500.870		981.257	
Outros encargos		1.161.983		2.662.329		1.268.570		2.888.238	
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.254.345)	-19,31%	(3.968.755)	-10,35%	960.188	4,08%	4.429.960	8,54%
Federais		(3.812.898)		(5.097.346)		(295.182)		1.994.648	
Estaduais		286		831		286		831	
Municipais		558.267		1.127.760		1.255.084		2.434.481	
Remuneração de Capitais de Terceiros		311.218	1,85%	895.789	2,34%	317.457	1,35%	907.862	1,75%
Aluguéis	25	311.218		895.789		317.457		907.862	
Remuneração de Capitais Próprios		8.267.538	49,07%	18.151.787	47,33%	9.668.168	41,05%	21.134.129	40,69%
Juros sobre capital próprio da União		953.482		2.591.920		953.482		2.591.920	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		953.482		2.591.919		953.482		2.591.919	
Dividendos de acionistas não controladores		--		--		1.571.325		2.883.979	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		3.167		35.267	
Lucro retido		6.360.574		12.967.948		6.090.533		12.588.907	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		96.179		442.137	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1- O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil “Cosif”, não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 10/02/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2025
				% de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A. ³	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%
Fundos de investimento				
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

1 - Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

2 - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3 - Denominação e objeto social anterior: BB Tur Viagens e Turismo Ltda., empresa de turismo.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais



dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada “Títulos com características de concessão de crédito”, vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R\$ 58.383 milhões anteriormente classificado como “Títulos disponíveis para venda” passou a ser classificado na categoria “Custo amortizado”, com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R\$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período de tempo (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores notionais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados nesse estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) Os ativos classificados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença



são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.

Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R\$ 8.832 milhões

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessaçã o do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de Hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de hedge contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	180.878.517	190.072.748
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes ¹	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	--	(87.858)
Patrimônio líquido em 01/01/2025	169.925.445	179.031.818

1 - Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente



dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um e cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 31/12/2025 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

Normas aplicáveis em períodos futuros

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

g.5) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, origem ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Havendo qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.



Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações em operações compromissadas: O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.



O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR)– Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.



d.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.



f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) - Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados neste estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superiores a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (para carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic real, a taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias, agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento (“PD” – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva “Forward Looking”).

Perda dado o descumprimento (“LGD” – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte, entre outras.

Exposição no momento de descumprimento (“EAD” – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.



Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a:

- desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e
- softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.



Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso - Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.



l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.



q) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 33.

s) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando os serviços são prestados ou disponibilizados aos clientes, por valor que reflete a contraprestação que se espera receber, de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho. As receitas relativas a serviços prestados ao longo do tempo são reconhecidas de forma linear durante a vigência dos contratos, enquanto aquelas relacionadas a serviços ou eventos específicos são reconhecidas quando da sua ocorrência.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: administração de fundos; comissões de seguros, previdência e capitalização; conta corrente; taxa de administração de consórcio; rendas de cartões; cobrança; e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 31.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.



c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.



f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	348.215.574	13.681.853
Receitas da intermediação financeira	292.840.832	11.551.324
Carteira de crédito	173.551.367	3.282.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	37.496.371	2.138.170
Títulos e valores mobiliários	74.201.833	6.191.131
Instrumentos financeiros derivativos	(3.015.020)	(87.087)
Aplicações compulsórias	9.990.143	--
Outros ativos financeiros	616.138	26.111
Outras receitas	55.374.742	2.130.529
Receitas de prestação de serviços	33.264.079	1.548.984
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	8.316.631	--
Demais receitas	13.794.032	581.545
Ativo não-circulante¹	49.717.519	364.795

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	Exercício/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	303.686.933	679.505	432.342	256.591	457.827	834.114	(1.955.156)	304.392.156
Carteira de crédito	176.848.128	--	--	--	--	--	(13.762)	176.834.366
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.927.303	182	363.414	--	444.874	827.211	(1.928.443)	39.634.541
Títulos e valores mobiliários	79.373.594	686.667	69.226	256.567	12.958	6.903	(12.951)	80.392.964
Instrumentos financeiros derivativos	(3.094.763)	(7.344)	--	--	--	--	--	(3.102.107)
Aplicações compulsórias	9.990.143	--	--	--	--	--	--	9.990.143
Outros ativos financeiros	642.528	--	(298)	24	(5)	--	--	642.249
Despesas da intermediação financeira	(200.789.438)	(301.585)	--	--	--	(701.197)	2.839.015	(198.953.205)
Recursos de instituições financeiras	(85.981.450)	(301.585)	--	--	--	(12.262)	2.826.064	(83.469.233)
Recursos de clientes	(74.478.420)	--	--	--	--	--	--	(74.478.420)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(40.755.065)	--	--	--	--	(675.984)	--	(41.431.049)
Outras despesas de captação	425.497	--	--	--	--	(12.951)	12.951	425.497
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(66.273.718)	6.137	--	--	--	(120.044)	--	(66.387.625)
Outras receitas	35.273.980	804.645	4.151.737	11.925.958	2.179.332	7.225.631	(4.056.012)	57.505.271
Receitas de prestação de serviços	20.881.942	530.655	4.140.695	5.636.203	47.006	5.627.725	(2.051.163)	34.813.063
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.039.519	--	--	5.324.689	1.926.614	--	--	8.316.631
Demais receitas	13.352.519	248.181	11.042	965.066	205.712	1.597.906	(2.004.849)	14.375.577
Outras despesas	(66.008.476)	(222.206)	(688.114)	(1.216.239)	(100.989)	(3.702.336)	3.172.153	(68.766.207)
Despesas de pessoal	(25.319.834)	(42.092)	(165.202)	(96.388)	(4.721)	(615.091)	6.634	(26.236.694)
Outras despesas administrativas	(11.385.536)	(43.673)	(109.268)	(128.502)	(1.643)	(443.434)	2.044.266	(10.067.790)
Amortização	(2.705.829)	--	--	(119)	--	(4.537)	--	(2.710.485)
Depreciação	(2.101.351)	--	--	--	--	(96.971)	--	(2.198.322)
Despesas tributárias	(7.010.247)	(76.430)	(296.914)	(721.872)	(42.244)	(819.916)	--	(8.967.623)
Demais despesas	(17.485.679)	(60.011)	(116.730)	(269.358)	(52.381)	(1.722.387)	1.121.253	(18.585.293)
Provisões	(12.414.936)	(32.670)	(4.457)	(3.412)	(192)	(22.973)	--	(12.478.640)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(12.402.121)	(32.670)	(4.457)	(3.412)	(192)	(22.973)	--	(12.465.825)
Outras	(12.815)	--	--	--	--	--	--	(12.815)
Resultado antes dos tributos e participações	(6.525.655)	933.826	3.891.508	10.962.898	2.535.978	3.513.195	--	15.311.750
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.283.336	(403.652)	(1.538.048)	(1.924.038)	(196.964)	(1.126.045)	--	8.094.589
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.249.196)	(1.454)	(3.369)	(3.234)	--	(14.957)	--	(2.272.210)
Participação dos não controladores	(459.535)	--	--	(2.867.845)	--	1.264	--	(3.326.116)
Lucro líquido	4.048.950	528.720	2.350.091	6.167.781	2.339.014	2.373.457	--	17.808.013
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	192.039.280	2.939	3.423.612	8.851.938	2.912.825	9.132.180	(26.879.458)	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	724.347.388	2.221.189	566.810	2.040.988	504.543	707.423	(604.407)	729.783.934
Carteira de crédito	1.229.989.092	--	--	--	--	--	(82.065)	1.229.907.027
Investimentos	27.741.706	1.097.589	--	8.196.501	5.104.738	--	(21.614.191)	20.526.343
Demais Ativos	279.006.258	1.634.164	547.459	3.344.558	3.882.964	8.205.125	(14.700.440)	281.920.088
Total do ativo	2.453.123.724	4.955.881	4.537.881	22.433.985	12.405.070	18.044.728	(63.880.561)	2.451.620.708
Passivo	2.262.644.094	4.175.411	3.109.682	12.615.097	2.473.070	15.160.334	(40.662.275)	2.259.515.413
Recursos de clientes	898.035.687	--	--	--	--	--	(98.238)	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	751.015.219	2.903.486	--	--	--	82.065	(26.961.523)	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	322.821.923	--	--	--	--	8.715.197	--	331.537.120
Provisões	36.526.707	151.154	34.280	60.463	606	429.630	(4.089)	37.198.751
Demais Passivos	254.244.558	1.120.771	3.075.402	12.554.634	2.472.464	5.933.442	(13.598.425)	265.802.846
Patrimônio líquido	190.479.630	780.470	1.428.199	9.818.888	9.932.000	2.884.394	(23.218.286)	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido	2.453.123.724	4.955.881	4.537.881	22.433.985	12.405.070	18.044.728	(63.880.561)	2.451.620.708



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	17.192.762	19.737.849
Disponibilidades em moeda nacional	10.238.077	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.954.685	9.498.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	41.282.113	39.897.676
Aplicações em operações compromissadas - revendas a liquidar - posição bancada	285.257	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.996.856	39.583.823
Total	58.474.875	59.635.525

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos a prazo	53.187.224	53.187.224
Depósitos de poupança	42.454.209	42.454.209
Depósitos à vista	20.349.251	20.349.251
Conta de pagamento instantâneo	3.843.247	3.843.247
Depósitos de moeda eletrônica	182.202	182.202
Total	120.016.133	120.016.133

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.757.059	6.605.870	3.757.059	6.605.870
Depósitos de poupança	1.733.452	3.384.273	1.733.452	3.384.273
Total	5.490.511	9.990.143	5.490.511	9.990.143



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	128.352.536
Re vendas a liquidar - posição bancada	1.138.774	1.383.241
Títulos públicos federais - no país	--	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	1.138.774	1.168.051
Outros títulos no exterior	--	199.190
Re vendas a liquidar - posição financiada	126.981.499	126.969.295
Títulos públicos federais - no país	126.981.499	126.965.499
Outros títulos	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	58.892.330	61.130.780
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	187.012.603	189.483.316
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(18.626)	(18.797)
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(18.626)	(18.634)
Perda esperada em aplicações em operações compromissadas	--	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	186.993.977	189.464.519

1 - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 6.375.652 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas	20.105.976	40.255.915	20.116.164	40.285.945
Posição financiada	19.963.268	40.059.867	19.963.269	40.059.868
Posição bancada	142.708	196.048	152.895	226.077
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.752.474	3.436.616	1.779.854	3.454.220
Variação cambial	294.339	(4.105.624)	294.339	(4.105.624)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	22.152.789	39.586.907	22.190.357	39.634.541
(Constituição)/reversão de perda esperada	(1.319)	(2.483)	19.729	8.517
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	22.151.470	39.584.424	22.210.086	39.643.058



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

31/12/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	--	--	128.120.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.892.330	--	--	58.892.330
Total	187.012.603	--	--	187.012.603
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.626)	--	--	(18.626)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	186.993.977	--	--	186.993.977

31/12/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.352.536	--	--	128.352.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	--	--	61.130.780
Total	189.483.316	--	--	189.483.316
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.797)	--	--	(18.797)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	189.464.519	--	--	189.464.519



10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Valor justo no resultado	3.669.173	7.620.302
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.884.974	640.022.346
Custo amortizado	72.422.703	82.141.286
Total	707.976.850	729.783.934

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	3.669.768	1.059	(1.722)	3.669.105
Títulos públicos federais	3.145.059	961	--	3.146.020
Títulos privados de entidades não financeiras	524.709	98	(1.722)	523.085
Instrumentos de patrimônio	60	8	--	68
Cotas de fundos de investimento	60	8	--	68
Total	3.669.828	1.067	(1.722)	3.669.173

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.647.486	38.810	(3.902)	6.682.394
Títulos públicos federais	3.560.060	816	--	3.560.876
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	--	251.142
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	(55)	--	28.526
Títulos privados de entidades não financeiras	2.854.343	(8.591)	(3.902)	2.841.850
Instrumentos de patrimônio	849.303	88.605	--	937.908
Ações	131.593	89	--	131.682
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	717.710	88.516	--	806.226
Total	7.496.789	127.415	(3.902)	7.620.302



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	631.206.760	(1.600.962)	(5.265)	629.600.533
Títulos públicos federais	622.475.348	(1.454.257)	--	621.021.091
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	(72.644)	(1.763)	4.197.734
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	26.593	(1.571)	1.370.951
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.342	(100.654)	(1.931)	3.010.757
Instrumentos de patrimônio ¹	2.000.760	283.681	--	2.284.441
Ações	118.257	150.807	--	269.064
Cotas de fundos de investimento	1.882.503	132.874	--	2.015.377
Total	633.207.520	(1.317.281)	(5.265)	631.884.974

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	639.406.438	(1.559.295)	(138.494)	637.708.649
Títulos públicos federais	622.680.662	(1.482.454)	--	621.198.208
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Instrumentos de patrimônio ¹	2.035.778	277.919	--	2.313.697
Ações	152.090	131.487	--	283.577
Cotas de fundos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Total	641.442.216	(1.281.376)	(138.494)	640.022.346

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	38.359.911	33.692.352	408.271	--	72.460.534
Títulos públicos federais	13.863.518	23.245.529	408.271	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.496.393	10.446.823	--	--	34.943.216
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(27.907)	(9.924)	--	--	(37.831)
Total	38.332.004	33.682.428	408.271	--	72.422.703



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	46.831.319	35.238.298	408.271	--	82.477.888
Títulos públicos federais	15.053.269	24.610.601	408.271	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.627.058	--	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	--	639	--	--	639
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(315.369)	(21.233)	--	--	(336.602)
Total	46.515.950	35.217.065	408.271	--	82.141.286

Em linha com a sua gestão de riscos e em função de dinâmicas de negócios, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portfólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria “valor justo em outros resultados abrangentes” para a categoria “custo amortizado” no montante de R\$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período.

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Carteira própria	203.643.114	239.200.468
Vinculados a compromissos de recompra	483.580.584	469.525.174
Vinculados a prestação de garantia	20.753.152	21.058.292
Total	707.976.850	729.783.934

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Títulos de renda fixa	41.666.767	70.020.622	41.959.301	70.705.258
Títulos de renda variável	93	93	57.324	58.447
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.445.769	4.552.645	4.614.194	9.334.224
Aplicações em fundos de investimentos	14	48	31.004	55.347
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(26.600)	52.262	(9.105)	162.987
Variação cambial	6.137	76.864	6.303	76.701
Receitas com títulos e valores mobiliários	44.092.180	74.702.534	46.659.021	80.392.964
(Constituição)/reversão de perda esperada	18.761	423.803	179.104	504.978
Resultado com títulos e valores mobiliários	44.110.941	75.126.337	46.838.125	80.897.942



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	3.664.280	--	5.488	3.669.768
Títulos públicos federais	3.145.059	--	--	3.145.059
Títulos privados de entidades não financeiras	519.221	--	5.488	524.709
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.206.625	--	135	631.206.760
Títulos públicos federais	622.475.348	--	--	622.475.348
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	--	--	4.272.141
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	--	--	1.345.929
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.207	--	135	3.113.342
Custo amortizado	72.460.534	--	--	72.460.534
Títulos públicos federais	37.517.318	--	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.943.216	--	--	34.943.216
Perdas esperadas	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Total	707.287.913	--	4.331	707.292.244

Consolidado	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.627.388	14.610	5.488	6.647.486
Títulos públicos federais	3.560.060	--	--	3.560.060
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	189.892	14.610	--	204.502
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	--	--	28.581
Títulos privados de entidades não financeiras	2.848.855	--	5.488	2.854.343
Valor justo em outros resultados abrangentes	637.793.594	1.612.709	135	639.406.438
Títulos públicos federais	622.680.662	--	--	622.680.662
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.331.013	1.612.709	--	5.943.722
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	--	--	1.358.661
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.258	--	135	9.423.393
Custo amortizado	76.477.958	5.999.930	--	82.477.888
Títulos públicos federais	40.072.141	--	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.400.132	5.999.930	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	639	--	--	639
Perdas esperadas	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Total	720.776.087	7.272.396	4.331	728.052.814



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	444.775.593	1.716.753	306.170	446.798.516
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	262.555.836	(1.716.753)	(300.537)	260.538.546
Saldo em 31/12/2025	707.331.439	--	5.623	707.337.062

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	458.273.964	14.410.466	319.247	473.003.677
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	262.624.966	(6.783.217)	(313.614)	255.528.135
Saldo em 31/12/2025	720.898.940	7.627.249	5.623	728.531.812

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(81.877)	(156.752)	(61.387)	(300.016)
Outras movimentações ²	38.351	156.752	60.095	255.198
Saldo em 31/12/2025	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(121.911)	(995.023)	(65.619)	(1.182.553)
Outras movimentações ²	(942)	640.170	64.327	703.555
Saldo em 31/12/2025	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	2.091	--	(1.722)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	240.746	28.076	(5.265)
Custo amortizado	(22.116)	180.966	(196.681)	(37.831)
Total	(300.016)	423.803	(168.605)	(44.818)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	8.228	--	(3.902)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	256.449	123.127	(138.494)
Custo amortizado	(652.353)	240.301	75.450	(336.602)
Total	(1.182.553)	504.978	198.577	(478.998)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo
Ativo						
Operações a termo ¹	1.096.510	(246.884)	849.626	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	887.148	(375.988)	511.160	887.148	(375.988)	511.160
Swap	2.235.990	547.524	2.783.514	2.235.990	547.524	2.783.514
Outros derivativos ²	490.993	(6.714)	484.279	492.476	(6.732)	485.744
Total	4.710.641	(82.062)	4.628.579	4.737.044	(79.560)	4.657.484
Passivo						
Operações a termo ¹	(3.127.329)	1.526.760	(1.600.569)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Opções	(983.261)	169.746	(813.515)	(983.261)	169.746	(813.515)
Swap	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Outros derivativos ²	(719.266)	(9.970)	(729.236)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	(5.987.500)	1.510.751	(4.476.749)	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	71.533.036	--	72.831.474	--
Risco de taxa de juros	43.695.170	--	43.695.170	--
Risco de moedas	27.711.790	--	29.010.228	--
Outros riscos	126.076	--	126.076	--
Compromissos de Venda	40.492.600	--	40.505.425	--
Risco de taxa de juros	29.990.599	--	29.990.599	--
Risco de moedas	7.070.272	--	7.083.097	--
Outros riscos	3.431.729	--	3.431.729	--
Contratos de operações a termo¹				
Posição Ativa	20.830.739	849.626	21.393.178	877.066
Risco de taxa de juros	234.821	10.293	234.821	10.293
Risco de moedas	19.219.579	628.553	19.782.018	655.993
Outros riscos	1.376.339	210.780	1.376.339	210.780
Posição Passiva	33.567.596	(1.600.569)	33.582.674	(1.600.695)
Risco de taxa de juros	2.314.775	(135.615)	2.314.775	(135.615)
Risco de moedas	31.155.392	(1.461.676)	31.170.470	(1.461.802)
Outros riscos	97.429	(3.278)	97.429	(3.278)
Contratos de opções				
Posição comprada	24.116.314	511.160	24.116.314	511.160
Risco de moedas	24.116.314	511.160	24.116.314	511.160
Posição vendida	24.014.075	(813.515)	24.014.075	(813.515)
Risco de taxa de juros	3.543	(7)	3.543	(7)
Risco de moedas	23.562.873	(808.203)	23.562.873	(808.203)
Outros riscos	447.659	(5.305)	447.659	(5.305)
Contratos de swap				
Posição ativa	40.149.749	2.783.514	40.149.749	2.783.514
Risco de taxa de juros	25.589.130	2.258.294	25.589.130	2.258.294
Risco de moedas	14.560.619	525.220	14.560.619	525.220
Posição passiva	19.197.847	(1.333.429)	19.197.847	(1.333.429)
Risco de taxa de juros	9.462.293	(691.990)	9.462.293	(691.990)
Risco de moedas	9.735.554	(641.439)	9.735.554	(641.439)
Outros contratos de derivativos²				
Posição ativa	5.111.233	484.279	4.469.467	485.744
Risco de moedas	5.111.233	484.279	4.441.955	484.279
Outros riscos ³	--	--	27.512	1.465
Posição passiva	8.118.788	(729.236)	8.107.534	(727.095)
Risco de moedas	8.118.788	(729.236)	8.107.534	(727.095)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Contratos de futuros	9.555.733	44.905.875	6.245.350	10.826.078	71.533.036	10.854.171	44.905.875	6.245.350	10.826.078	72.831.474
Contratos de operações a termo	4.997.937	9.680.087	4.378.598	1.774.117	20.830.739	5.560.376	9.680.087	4.378.598	1.774.117	21.393.178
Contratos de opções	2.740.903	11.155.407	3.976.940	6.243.064	24.116.314	2.740.903	11.155.407	3.976.940	6.243.064	24.116.314
Contratos de swap	5.600.301	5.829.247	6.481.021	22.239.180	40.149.749	5.600.301	5.829.247	6.481.021	22.239.180	40.149.749
Outros contratos de derivativos	2.951.848	1.821.918	337.467	--	5.111.233	2.609.355	1.522.645	337.467	--	4.469.467

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Contratos de futuros	15.470.015	10.157.073	3.615.555	11.249.957	40.492.600	15.482.840	10.157.073	3.615.555	11.249.957	40.505.425
Contratos de operações a termo	4.049.335	14.369.906	8.255.530	6.892.825	33.567.596	4.064.413	14.369.906	8.255.530	6.892.825	33.582.674
Contratos de opções	3.303.721	10.322.834	4.134.190	6.253.330	24.014.075	3.303.721	10.322.834	4.134.190	6.253.330	24.014.075
Contratos de swap	1.302.105	1.337.205	2.314.911	14.243.626	19.197.847	1.302.105	1.337.205	2.314.911	14.243.626	19.197.847
Outros contratos de derivativos	2.702.220	4.277.832	1.138.736	--	8.118.788	2.690.966	4.277.832	1.138.736	--	8.107.534

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	111.513.173	--	10.096.425	--	--	111.513.173	--	10.096.425	--	--
Exterior	512.463	--	--	--	--	1.823.726	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	3.158.067	--	33.507.117	13.230.021	--	3.735.584	--	33.507.117	12.577.001
Clientes	--	51.240.268	38.033.964	25.840.479	--	--	51.240.268	38.033.964	25.840.479	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro	15.367.583	15.367.583

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Contratos de futuro	(734.030)	577.114	(727.623)	566.498
Contratos de operações a termo	(416.672)	(4.928.941)	(398.593)	(4.913.040)
Contratos de opções	(272.528)	(1.826.193)	(272.528)	(1.826.193)
Contratos de swap	732.014	3.152.179	732.014	3.152.179
Outros derivativos	15.438	(15.982)	(4.634)	(81.551)
Total	(675.778)	(3.041.823)	(671.364)	(3.102.107)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos de hedge¹		
Ativo	2.215.676	2.215.676
Contratos de swap	2.215.676	2.215.676
Passivo	(517.308)	(517.308)
Contratos de swap	(468.551)	(468.551)
Contratos de futuro	(48.757)	(48.757)
Itens objeto de hedge		
Ativo	4.236.075	4.236.075
Aplicações interfinanceiras	4.187.393	4.187.393
Operações de crédito	48.682	48.682
Passivo	(5.916.737)	(5.916.737)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários no exterior	(4.208.772)	(4.208.772)
Recursos de instituições financeiras	(1.707.965)	(1.707.965)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(85.490)	(415.642)	(85.490)	(415.642)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	82.490	408.177	82.490	408.177
Efeito líquido	(3.000)	(7.465)	(3.000)	(7.465)

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.710.908)	(1.710.908)
Contrato de futuro	(1.710.908)	(1.710.908)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.701.698	1.701.698
Investimento líquido no exterior	1.701.698	1.701.698

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de “Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior” (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	12.318	(206.700)	12.318	(206.700)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(12.318)	206.700	(12.318)	206.700
Efeito líquido ¹	--	--	--	--

1 - O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi uma perda de R\$ 4.670 mil no 2º semestre/2025 e uma perda de R\$ 617 mil no Exercício/2025.



12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Operações de crédito	1.000.256.981	1.022.471.407
Empréstimos e direitos creditórios descontados	377.847.057	388.276.355
Financiamentos	197.501.887	198.692.549
Financiamentos rurais	373.579.404	373.579.404
Financiamentos imobiliários	51.239.535	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	89.098	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	204.519.254	206.285.614
Títulos com características de concessão de crédito	101.820.642	101.820.642
Operações com cartão de crédito	60.951.339	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.324.947	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.771	7.379.771
Diversos	8.042.555	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	--	1.150.006
Total da carteira de crédito	1.204.776.235	1.229.907.027
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(98.004.759)	(98.738.685)
Perdas esperadas com operações de crédito	(90.110.675)	(90.599.522)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.894.084)	(7.952.641)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(186.522)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.106.771.476	1.131.168.342

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado de operações de crédito	95.134.294	183.260.701	97.770.901	188.367.098
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.016.583	86.716.252	47.198.304	90.787.603
Financiamentos rurais	17.661.989	34.275.097	17.661.989	34.275.097
Financiamentos	12.506.226	23.716.060	12.609.872	23.851.601
Títulos com características de concessão de crédito	8.311.883	16.421.376	8.311.883	16.421.376
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.789.770	7.052.116	3.789.770	7.052.116
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	3.238.054	6.342.171	3.200.376	6.479.936
Financiamentos imobiliários	2.892.018	5.346.043	3.280.936	6.107.783
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	884.932	1.843.486	884.932	1.843.486
Diversos	832.839	1.548.100	832.839	1.548.100
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	115.363	201.605
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	(788.144)	(608.867)	(788.144)	(608.867)
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	269	3.305	269	3.305
Varição cambial da carteira de crédito	1.714.979	(11.129.834)	1.714.979	(11.128.775)
Total	96.061.398	171.525.305	98.813.368	176.834.366

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 454.779 mil no 2º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 250.128 mil, líquido de tributos) e R\$ 1.085.635 mil no Exercício/2025 (com impacto no resultado de R\$ 597.099 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 1.414.116 mil e R\$ 4.082.281 mil, respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 1.424.675 mil (R\$ 783.571 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2025 e R\$ 1.764.246 mil (R\$ 970.335 mil, líquido de tributos) no Exercício/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 401.635 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 477.854 mil no Exercício/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 2.798.521 mil e R\$ 3.300.687 mil, respectivamente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025	%	31/12/2025	%
Setor público	101.671.109	8,4	101.671.109	8,3
Administração pública	79.495.304	6,6	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.865.575	1,4	16.865.575	1,4
Serviços	3.641.104	0,3	3.641.104	0,3
Energia Elétrica	12.804	--	12.804	--
Demais atividades	1.656.322	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	1.103.105.126	91,6	1.128.235.918	91,7
Pessoa física	726.490.981	60,3	733.923.573	59,7
Pessoa jurídica	376.614.145	31,3	394.312.345	32,0
Agronegócio de origem vegetal	55.040.344	4,5	55.627.408	4,5
Serviços	49.231.211	4,1	52.571.121	4,3
Energia Elétrica	25.548.046	2,1	25.725.650	2,1
Mineração e metalurgia	23.835.257	2,0	24.405.973	2,0
Transportes	20.572.499	1,7	21.059.441	1,7
Automotivo	18.741.559	1,6	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	19.885.686	1,6	20.358.676	1,7
Insumos agrícolas	17.540.950	1,5	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.382.496	1,4	16.989.899	1,4
Químico	16.021.750	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	15.224.998	1,3	16.132.820	1,3
Imobiliário	10.915.749	0,9	13.239.738	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.831.473	0,9	13.135.940	1,1
Eletroeletrônico	12.957.876	1,1	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.902.877	1,1	12.941.431	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.026.392	0,8	11.495.420	0,9
Papel e celulose	9.897.602	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.594.525	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.362.819	0,6	7.419.285	0,6
Construção pesada	5.678.017	0,5	6.251.618	0,5
Telecomunicações	4.951.908	0,4	5.324.959	0,4
Demais atividades	4.470.111	0,4	5.060.712	0,3
Total	1.204.776.235	100,0	1.229.907.027	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	1.041.395	3.726.639	20.776.954	1.174.767	48.505.896	75.225.651
31 a 60	1.014.828	2.178.728	17.238.534	460.309	14.245.084	35.137.483
61 a 90	1.184.177	1.666.101	16.348.850	639.296	9.014.065	28.852.489
91 a 180	7.099.972	6.989.430	56.316.347	3.893.652	23.553.762	97.853.163
181 a 360	18.337.104	15.016.271	85.777.528	3.084.246	31.176.744	153.391.893
Acima de 360	142.659.175	92.123.402	272.176.691	34.970.800	186.575.256	728.505.324
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	930.577	2.567.996	26.334	583.777	4.202.753
Subtotal	171.430.720	122.631.148	471.202.900	44.249.404	313.654.584	1.123.168.756
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	15.566	71.470	340.191	636	372.873	800.736
31 a 60	16.097	77.339	361.163	701	401.799	857.099
61 a 90	16.850	71.897	332.980	535	322.327	744.589
91 a 180	51.896	301.149	1.084.520	2.638	1.012.749	2.452.952
181 a 360	103.072	865.394	2.613.637	6.067	1.844.991	5.433.161
Acima de 360	3.848.299	3.535.540	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.475.591
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.410	207.024	482	153.644	401.138
15 a 30	84.381	162.891	1.610.332	2.311	917.925	2.777.840
31 a 60	67.754	250.584	3.400.577	5.189	649.153	4.373.257
61 a 90	52.917	214.358	2.600.461	74.945	494.734	3.437.415
91 a 180	90.493	639.529	7.880.599	399.450	1.940.473	10.950.544
181 a 360	75.001	618.660	7.683.638	17.935	5.067.787	13.463.021
Acima de 360	52.481	378.122	1.968.083	15.928	3.025.522	5.440.136
Subtotal	4.482.385	7.219.343	41.164.395	2.180.007	26.561.349	81.607.479
Total	175.913.105	129.850.491	512.367.295	46.429.411	340.215.933	1.204.776.235



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	1.041.395	3.836.527	21.430.741	1.174.767	53.830.782	81.314.212
31 a 60	1.014.828	2.232.365	16.957.786	460.309	15.066.748	35.732.036
61 a 90	1.184.177	1.700.684	16.326.506	639.296	9.638.740	29.489.403
91 a 180	7.099.972	7.123.430	56.216.048	3.893.652	24.899.349	99.232.451
181 a 360	18.337.104	15.228.088	85.766.500	3.084.246	32.605.273	155.021.211
Acima de 360	142.659.175	93.757.762	281.687.720	34.970.800	189.060.004	742.135.461
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	94.069	932.397	2.872.091	26.334	630.141	4.555.032
Subtotal	171.430.720	124.811.253	481.257.392	44.249.404	325.731.037	1.147.479.806
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	15.566	71.743	340.192	636	372.872	801.009
31 a 60	16.097	77.604	361.163	701	401.799	857.364
61 a 90	16.850	72.148	332.980	535	322.327	744.840
91 a 180	51.896	301.866	1.084.520	2.638	1.012.749	2.453.669
181 a 360	103.072	866.716	2.613.637	6.067	1.844.991	5.434.483
Acima de 360	3.848.299	3.537.288	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.477.339
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.578	32.590	207.024	482	153.644	401.318
15 a 30	84.381	163.570	1.894.871	2.311	974.911	3.120.044
31 a 60	67.754	250.988	3.477.460	5.189	701.614	4.503.005
61 a 90	52.917	214.651	2.612.617	74.945	545.787	3.500.917
91 a 180	90.493	640.334	7.925.435	399.450	2.027.858	11.083.570
181 a 360	75.001	620.237	7.698.790	17.935	5.168.828	13.580.791
Acima de 360	52.481	380.342	1.987.062	15.928	3.033.059	5.468.872
Subtotal	4.482.385	7.230.077	41.616.941	2.180.007	26.917.811	82.427.221
Total	175.913.105	132.041.330	522.874.333	46.429.411	352.648.848	1.229.907.027



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

31/12/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	877.348.543	(13.423.335)	31.054.966	(11.112.626)	91.853.472	(65.574.714)	1.000.256.981	(90.110.675)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	(4.073.460)	12.638.526	(4.127.826)	47.963.308	(34.361.641)	377.847.057	(42.562.927)
Financiamentos	190.312.731	(534.672)	1.804.849	(355.925)	5.384.307	(4.169.901)	197.501.887	(5.060.498)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(51.063)	1.528.180	(36.447)	4.785.447	(1.025.859)	51.239.535	(1.113.369)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	(960.517)	4.392.472	(689.814)	9.883.233	(6.243.753)	204.519.254	(7.894.084)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(646.010)	1.763.864	(270.274)	308.397	(211.935)	60.951.339	(1.128.219)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Total da carteira de crédito	1.067.592.092	(14.383.852)	35.447.438	(11.802.440)	101.736.705	(71.818.467)	1.204.776.235	(98.004.759)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.258	(13.620.072)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(65.834.712)	1.022.471.407	(90.599.522)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	(4.103.521)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(34.572.077)	388.276.355	(42.829.964)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.186.861)	198.692.549	(5.077.813)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(1.058.461)	61.834.001	(1.317.864)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.261.773)	206.285.614	(7.952.641)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(229.955)	62.717.699	(1.186.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(183.128)	1.150.006	(186.522)
Total da carteira de crédito	1.091.612.641	(14.600.049)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(72.279.613)	1.229.907.027	(98.738.685)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	851.291.251	63.930.599	(9.178.785)	(28.694.522)	--	877.348.543
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	27.213.160	(4.713.428)	(12.161.301)	--	317.245.223
Financiamentos	180.345.260	11.601.651	(694.225)	(939.955)	--	190.312.731
Financiamentos rurais	320.344.031	25.400.448	(5.382.223)	(15.586.267)	--	324.775.989
Financiamentos imobiliários	43.588.835	(266.999)	1.610.519	(6.447)	--	44.925.908
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(17.661)	572	(552)	--	88.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	212.802.824	(16.262.613)	(3.704.377)	(2.592.285)	--	190.243.549
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(9.601.592)	(2.054.406)	(2.304.046)	--	91.433.068
Operações com cartão de crédito	53.424.254	8.031.371	(984.479)	(1.592.068)	--	58.879.078
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(5.324.191)	(407.357)	(289.904)	--	25.101.664
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.075.340)	--	--	--	7.379.666
Diversos	13.407.336	(7.292.861)	(258.135)	1.593.733	--	7.450.073
Total da carteira de crédito	1.064.094.075	47.667.986	(12.883.162)	(31.286.807)	--	1.067.592.092

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	35.775.315	2.815.464	9.178.785	(16.714.598)	--	31.054.966
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	1.640.262	4.713.428	(8.300.376)	--	12.638.526
Financiamentos	1.555.775	109.628	694.225	(554.779)	--	1.804.849
Financiamentos rurais	15.843.531	1.080.699	5.382.223	(7.223.310)	--	15.083.143
Financiamentos imobiliários	3.789.685	(14.853)	(1.610.519)	(636.133)	--	1.528.180
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(272)	(572)	--	--	268
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.365.614	(490.455)	3.704.377	(1.187.064)	--	4.392.472
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(97.703)	2.054.406	(411.086)	--	2.054.894
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(136.291)	984.479	(761.269)	--	1.763.864
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(220.442)	407.357	(5.382)	--	327.931
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	105	--	--	--	105
Diversos	32.994	(36.124)	258.135	(9.327)	--	245.678
Total da carteira de crédito	38.140.929	2.325.009	12.883.162	(17.901.662)	--	35.447.438

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	80.112.628	9.272.581	28.694.522	16.714.598	(42.940.857)	91.853.472
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	7.697.130	12.161.301	8.300.376	(28.027.731)	47.963.308
Financiamentos	7.623.720	(102.865)	939.955	554.779	(3.631.282)	5.384.307
Financiamentos rurais	20.427.844	1.484.643	15.586.267	7.223.310	(11.001.792)	33.720.272
Financiamentos imobiliários	4.228.675	194.244	6.447	636.133	(280.052)	4.785.447
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(571)	552	--	--	138
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.261.855	(3.611.055)	2.592.285	1.187.064	(4.546.916)	9.883.233
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.132.560)	2.304.046	411.086	(460.282)	8.332.680
Operações com cartão de crédito	308.160	495.047	1.592.068	761.269	(2.848.147)	308.397
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(344.424)	289.904	5.382	(1.027.067)	895.352
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(629.118)	(1.593.733)	9.327	(211.420)	346.804
Total da carteira de crédito	94.374.483	5.661.526	31.286.807	17.901.662	(47.487.773)	101.736.705

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	870.685.079	66.427.715	(9.456.946)	(28.868.590)	--	898.787.258
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	28.733.154	(4.889.513)	(12.285.586)	--	327.155.724
Financiamentos	181.258.492	11.860.995	(738.166)	(960.302)	--	191.421.019
Financiamentos rurais	320.344.031	25.400.448	(5.382.223)	(15.586.267)	--	324.775.989
Financiamentos imobiliários	53.378.554	450.779	1.552.384	(35.883)	--	55.345.834
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(17.661)	572	(552)	--	88.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.093.116	(16.806.117)	(3.810.314)	(2.614.203)	--	191.862.482
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(9.601.592)	(2.054.406)	(2.304.046)	--	91.433.068
Operações com cartão de crédito	55.714.546	7.487.867	(1.090.416)	(1.613.986)	--	60.498.011
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(5.324.191)	(407.357)	(289.904)	--	25.101.664
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.075.340)	--	--	--	7.379.666
Diversos	13.407.336	(7.292.861)	(258.135)	1.593.733	--	7.450.073
Operações de arrendamento mercantil	654.239	310.065	(2.015)	612	--	962.901
Total da carteira de crédito	1.086.432.434	49.931.663	(13.269.275)	(31.482.181)	--	1.091.612.641

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	35.984.052	2.784.804	9.456.946	(16.802.882)	--	31.422.920
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	1.625.210	4.889.513	(8.367.628)	--	12.831.998
Financiamentos	1.568.358	124.574	738.166	(572.936)	--	1.858.162
Financiamentos rurais	15.843.531	1.080.699	5.382.223	(7.223.310)	--	15.083.143
Financiamentos imobiliários	3.886.148	(45.407)	(1.552.384)	(639.008)	--	1.649.349
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(272)	(572)	--	--	268
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.422.460	(528.722)	3.810.314	(1.190.645)	--	4.513.407
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(97.703)	2.054.406	(411.086)	--	2.054.894
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(174.558)	1.090.416	(764.850)	--	1.884.799
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(220.442)	407.357	(5.382)	--	327.931
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	105	--	--	--	105
Diversos	32.994	(36.124)	258.135	(9.327)	--	245.678
Operações de arrendamento mercantil	1.611	35	2.015	(1.582)	--	2.079
Total da carteira de crédito	38.408.123	2.256.117	13.269.275	(17.995.109)	--	35.938.406

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	80.208.186	9.376.373	28.868.590	16.802.882	(42.994.802)	92.261.229
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	7.834.824	12.285.586	8.367.628	(28.074.377)	48.288.633
Financiamentos	7.625.210	(107.159)	960.302	572.936	(3.637.921)	5.413.368
Financiamentos rurais	20.427.844	1.484.643	15.586.267	7.223.310	(11.001.792)	33.720.272
Financiamentos imobiliários	4.280.003	164.636	35.883	639.008	(280.712)	4.838.818
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(571)	552	--	--	138
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.269.585	(3.607.173)	2.614.203	1.190.645	(4.557.535)	9.909.725
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.132.560)	2.304.046	411.086	(460.282)	8.332.680
Operações com cartão de crédito	315.890	498.929	1.613.986	764.850	(2.858.766)	334.889
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(344.424)	289.904	5.382	(1.027.067)	895.352
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(629.118)	(1.593.733)	9.327	(211.420)	346.804
Operações de arrendamento mercantil	9.992	174.064	(612)	1.582	--	185.026
Total da carteira de crédito	94.487.763	5.943.264	31.482.181	17.995.109	(47.552.337)	102.355.980

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	4.583.365	5.194.057	1.116.148	2.529.765	--	13.423.335
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(536.496)	282.134	1.734.955	--	4.073.460
Financiamentos	324.007	(39.094)	130.961	118.798	--	534.672
Financiamentos rurais	1.579.702	5.972.412	625.427	586.596	--	8.764.137
Financiamentos imobiliários	86.784	(202.760)	77.623	89.416	--	51.063
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(5)	3	--	--	3
Outros créditos com características de concessão de crédito	632.191	(476.304)	2.735	801.895	--	960.517
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(121.508)	(14.448)	162.261	--	244.930
Operações com cartão de crédito	327.500	313.107	23.290	(17.887)	--	646.010
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	1.667	(2.825)	12.659	--	49.786
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(14.965)	--	--	--	13.359
Diversos	19.457	(654.605)	(3.282)	644.862	--	6.432
Total da carteira de crédito	5.215.556	4.717.753	1.118.883	3.331.660	--	14.383.852

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	7.914.198	8.508.243	(1.116.148)	(4.193.667)	--	11.112.626
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	3.082.664	(282.134)	(2.380.014)	--	4.127.826
Financiamentos	295.414	326.043	(130.961)	(134.571)	--	355.925
Financiamentos rurais	3.606.449	5.257.864	(625.427)	(1.646.458)	--	6.592.428
Financiamentos imobiliários	305.022	(158.328)	(77.623)	(32.624)	--	36.447
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	--	(3)	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	368.609	546.766	(2.735)	(222.826)	--	689.814
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	262.519	14.448	(105.637)	--	308.573
Operações com cartão de crédito	206.016	210.199	(23.290)	(122.651)	--	270.274
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	15.555	2.825	8.796	--	46.812
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	53	--	--	--	53
Diversos	5.714	58.440	3.282	(3.334)	--	64.102
Total da carteira de crédito	8.282.807	9.055.009	(1.118.883)	(4.416.493)	--	11.802.440

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	59.812.834	47.038.835	(2.529.765)	4.193.667	(42.940.857)	65.574.714
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	25.335.083	(1.734.955)	2.380.014	(28.027.731)	34.361.641
Financiamentos	5.899.670	1.885.740	(118.798)	134.571	(3.631.282)	4.169.901
Financiamentos rurais	14.768.507	21.190.736	(586.596)	1.646.458	(11.001.792)	26.017.313
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.372.724)	(89.416)	32.624	(280.052)	1.025.859
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.806.810	4.562.928	(801.895)	222.826	(4.546.916)	6.243.753
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	1.409.301	(162.261)	105.637	(460.282)	5.182.849
Operações com cartão de crédito	227.807	2.691.737	17.887	122.651	(2.848.147)	211.935
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	135.047	(12.659)	(8.796)	(1.027.067)	595.167
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	326.843	(644.862)	3.334	(211.420)	253.802
Total da carteira de crédito	66.619.644	51.601.763	(3.331.660)	4.416.493	(47.487.773)	71.818.467

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	4.871.363	5.101.840	1.117.845	2.529.024	--	13.620.072
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(524.642)	283.563	1.733.355	--	4.103.521
Financiamentos	324.733	(40.178)	131.459	118.763	--	534.777
Financiamentos rurais	1.579.702	5.972.412	625.427	586.596	--	8.764.137
Financiamentos imobiliários	355.678	(305.747)	77.393	90.310	--	217.634
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(5)	3	--	--	3
Outros créditos com características de concessão de crédito	660.459	(490.611)	5.527	801.695	--	977.070
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(121.508)	(14.448)	162.261	--	244.930
Operações com cartão de crédito	355.768	298.800	26.082	(18.087)	--	662.563
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	1.667	(2.825)	12.659	--	49.786
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(14.965)	--	--	--	13.359
Diversos	19.457	(654.605)	(3.282)	644.862	--	6.432
Operações de arrendamento mercantil	3.108	(1.798)	6	1.591	--	2.907
Total da carteira de crédito	5.534.930	4.609.431	1.123.378	3.332.310	--	14.600.049

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	7.914.728	8.555.199	(1.117.845)	(4.207.344)	--	11.144.738
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	3.121.142	(283.563)	(2.392.420)	--	4.154.366
Financiamentos	296.463	328.309	(131.459)	(137.138)	--	356.175
Financiamentos rurais	3.606.449	5.257.864	(625.427)	(1.646.458)	--	6.592.428
Financiamentos imobiliários	302.606	(152.116)	(77.393)	(31.328)	--	41.769
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	--	(3)	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	380.460	562.159	(5.527)	(223.294)	--	713.798
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	262.519	14.448	(105.637)	--	308.573
Operações com cartão de crédito	217.867	225.592	(26.082)	(123.119)	--	294.258
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	15.555	2.825	8.796	--	46.812
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	53	--	--	--	53
Diversos	5.714	58.440	3.282	(3.334)	--	64.102
Operações de arrendamento mercantil	230	493	(6)	(230)	--	487
Total da carteira de crédito	8.295.418	9.117.851	(1.123.378)	(4.430.868)	--	11.859.023

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	59.769.569	47.381.625	(2.529.024)	4.207.344	(42.994.802)	65.834.712
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	25.598.434	(1.733.355)	2.392.420	(28.074.377)	34.572.077
Financiamentos	5.897.896	1.908.511	(118.763)	137.138	(3.637.921)	4.186.861
Financiamentos rurais	14.768.507	21.190.736	(586.596)	1.646.458	(11.001.792)	26.017.313
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.316.056)	(90.310)	31.328	(280.712)	1.058.461
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.810.303	4.587.406	(801.695)	223.294	(4.557.535)	6.261.773
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	1.409.301	(162.261)	105.637	(460.282)	5.182.849
Operações com cartão de crédito	231.300	2.716.215	18.087	123.119	(2.858.766)	229.955
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	135.047	(12.659)	(8.796)	(1.027.067)	595.167
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	326.843	(644.862)	3.334	(211.420)	253.802
Operações de arrendamento mercantil	9.829	174.660	(1.591)	230	--	183.128
Total da carteira de crédito	66.589.701	52.143.691	(3.332.310)	4.430.868	(47.552.337)	72.279.613

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial ¹	(88.843.363)	(80.118.007)	(89.248.016)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(36.663.346)	(65.396.706)	(37.199.708)	(66.079.855)
Variação cambial - provisões no exterior	(105.820)	22.181	57.949	208.882
Baixas para prejuízo	27.607.770	47.487.773	27.651.090	47.552.337
Saldo final	(98.004.759)	(98.004.759)	(98.738.685)	(98.738.685)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial	86.725.094	83.503.359
Renegociações	6.865.431	16.740.489
Reestruturações	13.559.554	26.105.933
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.506.840)	(27.381.459)
Baixas para prejuízo	(11.873.630)	(19.198.713)
Saldo final ¹	79.769.609	79.769.609
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada		54,0%

1 - Inclui o valor de R\$ 74 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 64.495.573 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	31/12/2025	% da Carteira
Maior devedor	16.865.580	1,4
10 maiores devedores	70.206.927	5,8
20 maiores devedores	108.349.035	9,0
50 maiores devedores	164.877.583	13,7
100 maiores devedores	203.608.832	16,9

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	Safrá 2024/2025 ¹				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ²	Custos por descumprimento das exigibilidades ²
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ³	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Refere-se à posição em 30/06/2025, encerramento da safra 2024/2025.

2 - Sem ocorrência nas últimas 5 safras.

3 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	623.581.392	122.297.111	87.260	745.965.763	26.580.924	279.844	--	26.860.768	68.957.958	44.562	--	69.002.520	719.120.274	122.621.517	87.260	841.829.051
Varejo PF	303.539.529	120.261.234	87.260	423.888.023	11.993.639	279.482	--	12.273.121	38.613.723	43.716	--	38.657.439	354.146.891	120.584.432	87.260	474.818.583
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	444.010.700	106.730.042	17.451.419	568.192.161	8.866.514	116.062	4.955	8.987.531	32.778.747	13.295	589.398	33.381.440	485.655.961	106.859.399	18.045.772	610.561.132
Atacado	312.478.697	79.337.110	16.483.337	408.299.144	3.740.071	28.573	157	3.768.801	20.033.848	6.189	585.925	20.625.962	336.252.616	79.371.872	17.069.419	432.693.907
Varejo MPE	91.275.302	25.946.372	968.082	118.189.756	4.896.471	87.089	4.798	4.988.358	12.071.951	7.106	3.473	12.082.530	108.243.724	26.040.567	976.353	135.260.644
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.067.592.092	229.027.153	17.538.679	1.314.157.924	35.447.438	395.906	4.955	35.848.299	101.736.705	57.857	589.398	102.383.960	1.204.776.235	229.480.916	18.133.032	1.452.390.183
%	81,3%	17,4%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%

Consolidado	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.264	110.432.665	17.466.745	582.023.674	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.388	110.562.022	18.061.098	624.131.508
Atacado	313.078.069	83.039.733	16.254.993	412.372.795	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.241	83.074.495	16.841.075	436.447.811
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.641	232.729.776	17.554.513	1.341.896.930	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.907.027	233.183.539	18.148.866	1.481.239.432
%	81,4%	17,3%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Financeiros	71.046.449	70.850.381
Devedores por depósitos em garantia	38.220.956	39.250.337
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.367.543	12.367.543
Rendas a receber	13.303.385	11.410.337
Títulos e créditos a receber ¹	3.238.860	3.408.244
Negociação e intermediação de valores	1.314.155	1.899.056
Fundo de Compensação de Variações Salariais	598.591	598.591
Demais	2.002.959	1.916.273
Não financeiros	37.388.944	39.815.755
Ativos atuariais (Nota 28.e)	31.774.493	31.774.493
Devedores diversos	3.736.712	4.361.550
Despesas Antecipadas	1.261.336	1.416.294
Mantidos para venda - Recebidos	197.488	197.772
Mantidos para venda - Próprios	116.920	128.556
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.349	54.286
Demais	296.646	1.882.804

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 86.967 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 981.569 mil.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Rendas a receber	(4.030.649)	(4.030.649)
Títulos e créditos a receber	(572.972)	(852.825)
Demais	(149.530)	(149.535)
Total	(4.753.151)	(5.033.009)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial ¹	(4.438.268)	(3.915.265)	(4.668.969)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(359.802)	(876.876)	(427.637)	(1.023.642)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(18.214)	(46.362)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	44.919	38.990	81.811	132.403
Saldo final	(4.753.151)	(4.753.151)	(5.033.009)	(5.033.009)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimento

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido Exercício/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 01/01/2025	Movimentações - Exercício/2025			Saldo contábil 31/12/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	
No país							31.058.302	(13.938.745)	273.934	14.813.345	32.206.836
BB Elo Cartões Participações S.A	7.734.513	9.907.668	2.303.622	17.703	--	100,00%	9.766.442	(2.144.270)	(18.126)	2.303.622	9.907.668
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	9.820.327	9.035.709	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	(5.951.980)	267.419	6.166.531	6.702.003
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.843.998	283.474	3.000	--	100,00%	4.830.296	(269.772)	--	283.474	4.843.998
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.678.984	1.854.092	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(605.000)	(8.341)	927.046	6.339.492
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	780.473	759.875	3.790	--	100,00%	810.909	(776.272)	(14.039)	759.875	780.473
BB Tecnologia e Serviços ⁴	299.749	648.378	160.975	2	2	100,00%	501.637	(45.464)	31.230	160.975	648.378
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.142.448	1.756.804	14	--	100,00%	1.074.390	(1.688.746)	--	1.756.804	1.142.448
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.428.199	2.346.712	100.000	--	100,00%	1.429.795	(2.346.742)	(1.566)	2.346.712	1.428.199
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	35.392	398.158	--	100,00%	24.333	(35.392)	--	35.392	24.333
Outras participações	--	--	--	--	--	--	374.680	(75.107)	17.357	72.914	389.844
No exterior⁵							9.791.313	(658.499)	(2.412.821)	2.137.352	8.857.395
Banco Patagonia S.A.	2.727	5.460.100	2.330.409	578.117	--	80,39%	5.222.866	(475.126)	(2.231.800)	1.873.402	4.389.342
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.338.027	211.486	211.023	--	100,00%	1.463.450	(174.450)	(162.459)	211.486	1.338.027
Banco do Brasil AG	403.143	857.188	(21.739)	638	--	100,00%	891.762	--	(12.835)	(21.739)	857.188
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	422.924	7.421	5.000	--	100,00%	467.512	(8.873)	(43.136)	7.421	422.924
Banco do Brasil Americas	1.053.710	1.806.736	228.576	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(115.994)	228.576	1.806.736
BB USA Holding Company	--	728	(35)	--	--	100,00%	861	--	(98)	(35)	728
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(8.258)	--	42.450
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	161.759	(161.759)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							40.849.615	(14.597.194)	(2.138.887)	16.950.697	41.064.231
(Provisão para perdas)							(34.743)	--	90	--	(34.653)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 47.898.750 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido Exercício/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 01/01/2025	Movimentações – Exercício/2025			Saldo contábil 31/12/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	
Coligadas³ e controladas em conjunto⁴											
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.678.985	1.854.092	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(605.000)	(8.340)	927.046	6.339.493
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.501.112	1.314.345	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(263.568)	280	394.303	2.850.334
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	11.107.831	1.888.055	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(2.070)	550.757	3.240.221
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	6.986.692	1.758.371	879	1.759	74,99%	5.203.321	(1.647.628)	365.235	1.318.673	5.239.601
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.984.035	5.065.161	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(3.801.054)	25.773	3.798.364	2.237.728
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	403.000	1.026.257	268.362	107.989	159.308	66,77%	536.641	(63.937)	33.324	179.179	685.207
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	2.468.102	1.963.501	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	24.418	981.554	1.233.804
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.463.161	42.732	1.954.245	--	49,99%	768.615	(61.095)	(2.469)	26.383	731.434
Outras Participações							472.962	(93.356)	(24.400)	140.372	495.578
Resultado não realizado ⁹							(2.826.147)	--	161.455	--	(2.664.692)
Total							20.060.746	(8.561.875)	573.206	8.316.631	20.388.708
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	4.333	--	(6.155)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livel e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS S.A.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

¹-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/12/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.825.166	453.243.360	111.786.970	3.444.825	259.029	1.433.582	459.710	6.105.601
Ativos não circulantes	79.483.296	19.205.216	9.688.939	7.613.443	3.091.442	6.152.357	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.350.659	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	255.271	11.494.042
Passivos não circulantes	40.275.288	400.471.202	10.166.490	4.730	--	4.375.462	--	1.400.310
Passivos contingentes	577.555	24.962	151.740	4.730	--	19.185	--	1.390.970
Lucro líquido – Exercício/2025	1.851.366	1.606.369	1.888.055	1.314.345	5.065.160	2.045.025	42.732	318.165
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	2.726	152.002	--	--	--	(81.524)	--	(49.803)
Lucro líquido ajustado – Exercício/2025	1.854.092	1.758.371	1.888.055	1.314.345	5.065.160	1.963.501	42.732	268.362
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	927.046	1.318.673	550.757	394.303	3.798.364	981.554	26.383	179.179
Outros resultados abrangentes	421.759	487.011	169.676	--	(22.495)	--	184.694	(20.633)
Resultado abrangente total	2.275.851	2.245.382	2.057.731	1.314.345	5.042.665	1.963.501	227.426	247.729
Patrimônio líquido	12.682.515	7.000.791	11.107.831	9.501.112	3.349.110	2.612.484	1.463.161	1.026.257
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(3.530)	(14.100)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.678.985	6.986.691	11.107.831	9.501.112	2.984.035	2.468.101	1.463.161	1.026.257
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.339.493	5.239.601	3.240.221	2.850.334	2.237.728	1.233.804	731.434	685.207
Resultado não realizado	--	--	--	2.219.620	--	--	445.072	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

	Banco Múltiplo								
	Taxa anual de depreciação	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025			31/12/2025			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Perda / reversão) por desvalorização	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso									
Edificações	4 a 10%	3.928.755	1.057.959	(436.842)	(7.992)	10.670.445	(6.111.087)	(17.478)	4.541.880
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	528.057	(377.619)	--	5.006.034	(2.605.337)	(131)	2.400.566
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	1.795.198	(722.405)	--	8.213.116	(4.142.337)	--	4.070.779
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(51.516)	--	--	1.291.670	--	--	1.291.670
Terrenos	--	309.973	(13.005)	--	--	296.968	--	--	296.968
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	51.596	(53.031)	--	803.148	(511.634)	(5.055)	286.459
Instalações	10%	103.040	41.826	(21.530)	--	1.037.844	(914.508)	--	123.336
Veículos	10 a 20%	6.144	17	(806)	--	13.880	(8.525)	--	5.355
Obras de arte	--	2.225	(94)	--	--	2.131	--	--	2.131
Imobilizado em estoque	--	792	(64)	--	--	728	--	--	728
Total		11.230.123	3.409.974	(1.612.233)	(7.992)	27.335.964	(14.293.428)	(22.664)	13.019.872
Direito de uso									
Edificações		--	4.380.580	(433.041)	--	4.377.166	(429.627)	--	3.947.539
Total		11.230.123	7.790.554	(2.045.274)	(7.992)	31.713.130	(14.723.055)	(22.664)	16.967.411

	Consolidado								
	Taxa anual de depreciação	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025			31/12/2025			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Perda / reversão) por desvalorização	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso									
Edificações	4 a 10%	3.943.393	1.071.156	(449.361)	(7.992)	10.717.889	(6.140.899)	(19.794)	4.557.196
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	625.502	(410.199)	12.933	5.335.112	(2.721.448)	(598)	2.613.066
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	1.826.347	(750.634)	--	8.426.242	(4.251.108)	--	4.175.134
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(53.389)	--	--	1.292.813	--	--	1.292.813
Terrenos	--	312.247	(13.217)	--	--	299.030	--	--	299.030
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	57.714	(55.180)	--	817.490	(515.765)	(5.055)	296.670
Instalações	10%	109.976	45.596	(22.766)	--	1.051.010	(918.204)	--	132.806
Veículos	10 a 20%	8.684	56	(1.343)	--	16.790	(9.393)	--	7.397
Obras de arte	--	2.877	(125)	--	--	2.752	--	--	2.752
Imobilizado em estoque	--	790	(61)	--	--	729	--	--	729
Total		11.502.556	3.559.579	(1.689.483)	4.941	27.959.857	(14.556.817)	(25.447)	13.377.593
Direito de uso									
Edificações		--	4.652.470	(508.839)	--	4.680.985	(537.354)	--	4.143.631
Total		11.502.556	8.212.049	(2.198.322)	4.941	32.640.842	(15.094.171)	(25.447)	17.521.224



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Movimentações								
Adições	1.723.742	1.717.753	3.441.495	1.723.742	1.724.307	61.027	--	3.509.076
Variação cambial	--	(2.232)	(2.232)	--	(3.283)	(14.068)	(560)	(17.911)
Baixas	(10.596)	(158.070)	(168.666)	(10.596)	(158.070)	--	--	(168.666)
Amortização	(1.908.473)	(793.096)	(2.701.569)	(1.908.473)	(800.877)	(404)	--	(2.709.754)
(Constituição)/ reversão de perdas	83.224	2.116	85.340	83.224	2.116	--	--	85.340
Saldos em 31/12/2025	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	954	12.034.747
Valor de custo	10.151.758	12.100.149	22.251.907	10.151.758	12.196.706	462.127	954	22.811.545
Amortização acumulada	(4.865.961)	(5.393.385)	(10.259.346)	(4.865.961)	(5.466.869)	(374.544)	--	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(24.658)	(39.533)	(14.875)	(24.658)	(29.891)	--	(69.424)
Estimativa de amortização	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	--	12.033.793
2026	1.964.983	668.211	2.633.194	1.964.983	670.518	11.771		2.647.272
2027	1.676.187	668.211	2.344.398	1.676.187	670.518	11.685	--	2.358.390
2028	735.353	668.211	1.403.564	735.353	670.518	11.563	--	1.417.434
2029	674.635	668.211	1.342.846	674.635	670.518	11.376	--	1.356.529
Após 2029	219.764	4.009.262	4.229.026	219.764	4.023.107	11.297	--	4.254.168

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	7,50 %	32,28 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos à vista	84.623.023	92.013.242
Pessoas físicas	40.099.199	40.099.199
Pessoas jurídicas	31.993.487	35.134.864
Vinculados ¹	7.944.070	7.946.524
Ligadas	625.098	4.941.733
Governos	2.732.283	2.732.283
Moedas estrangeiras	375.375	375.375
Instituições do sistema financeiro	479.603	409.157
Especiais do Tesouro Nacional	15.506	15.506
Domiciliados no exterior	168.209	163.897
Outros	190.193	194.704
Depósitos de poupança	215.188.602	215.188.602
Pessoas físicas	207.500.608	207.500.608
Pessoas jurídicas	7.377.227	7.377.227
Ligadas	296.947	296.947
Instituições do sistema financeiro	13.820	13.820
Depósitos a prazo	560.668.565	590.567.475
Judiciais	263.446.160	263.612.005
Moeda nacional	269.494.033	269.494.033
Moedas estrangeiras	14.155.857	43.888.922
Regime especial ²	7.802.204	7.802.204
Garantias de terceiros ³	3.572.481	3.572.481
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	221.971	221.971
Funproger (Nota 17.e)	828.782	828.782
Outros	1.147.077	1.147.077
Outros depósitos	168.130	168.130
Total	860.648.320	897.937.449

1 - Inclui o montante de R\$ 2.471.727 mil, referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	259.588.329	24.440.257	33.991.194	138.375.027	104.273.758	560.668.565
Depósitos de poupança	215.188.602	--	--	--	--	215.188.602
Depósitos à vista	84.623.023	--	--	--	--	84.623.023
Outros depósitos	168.130	--	--	--	--	168.130
Total	559.568.084	24.440.257	33.991.194	138.375.027	104.273.758	860.648.320

¹ - Inclui o valor de R\$ 160.946.222 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	259.588.329	47.726.878	39.578.324	138.055.488	105.618.456	590.567.475
Depósitos de poupança	215.188.602	--	--	--	--	215.188.602
Depósitos à vista	92.013.242	--	--	--	--	92.013.242
Outros depósitos	168.130	--	--	--	--	168.130
Total	566.958.303	47.726.878	39.578.324	138.055.488	105.618.456	897.937.449

¹ - Inclui o valor de R\$ 160.946.222 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Depósitos de poupança	(8.345.873)	(16.279.164)	(8.345.873)	(16.279.164)
Depósitos a prazo	(28.676.511)	(53.301.144)	(31.185.246)	(57.996.533)
Judiciais	(14.321.678)	(27.280.566)	(14.324.046)	(27.284.509)
Demais	(14.354.833)	(26.020.578)	(16.861.200)	(30.712.024)
Varição cambial de recursos de clientes	(7.361)	(163.302)	(7.361)	(202.723)
Total	(37.029.745)	(69.743.610)	(39.538.480)	(74.478.420)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		31/12/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Urbano				28.347	188.544	216.891
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	28.347	188.544	216.891
Outros				1.014	4.066	5.080
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.014	4.066	5.080
Total				29.361	192.610	221.971

¹ - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

² - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

³ - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

⁴ - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	632.211.590	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	84.362.178	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	38.391.097	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	89.197	89.197
Total	755.054.062	727.039.247

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Carteira própria	505.229.549	482.263.422
Letras Financeiras do Tesouro	459.170.642	439.758.808
Títulos privados	26.629.663	26.629.663
Títulos no exterior	11.116.469	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	8.312.775	8.218.576
Carteira de terceiros	126.982.041	126.969.851
Letras do Tesouro Nacional	59.359.209	59.343.209
Letras Financeiras do Tesouro	52.510.997	52.510.997
Notas do Tesouro Nacional	15.111.835	15.111.835
Títulos no exterior	--	3.810
Total	632.211.590	609.233.273

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					31/12/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	6.153.183	9.521.823	9.683.507	6.770.206	--	32.128.719
Importação	111.852	157.465	51.492	--	--	320.809
Total	6.265.035	9.679.288	9.734.999	6.770.206	--	32.449.528

	Consolidado					31/12/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	6.519.686	9.602.939	9.692.123	6.774.604	--	32.589.352
Importação	111.852	157.465	51.492	--	--	320.809
Total	6.631.538	9.760.404	9.743.615	6.774.604	--	32.910.161



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Tesouro Nacional		1.249.845	1.249.845
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	506	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.233.191	1.233.191
Outros		6.303	6.303
BNDES	Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	15.869.546	15.869.546
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.522.638	25.522.638
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	7.647.495	7.647.495
Outras Instituições Oficiais		647.199	647.199
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	647.171	647.171
Outros		28	28
Total		50.936.723	50.936.723

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	975.927	975.927
Total	975.927	975.927



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Captações no mercado aberto	(48.828.310)	(90.076.986)	(47.623.911)	(87.740.262)
Carteira de terceiros	(28.897.486)	(50.066.878)	(27.915.772)	(48.178.114)
Carteira própria	(19.930.824)	(40.010.108)	(19.708.139)	(39.562.148)
Depósitos interfinanceiros	(1.159.390)	(2.212.600)	(829.764)	(1.591.865)
Obrigações por Empréstimos	(1.082.228)	(2.278.669)	(1.147.786)	(2.445.474)
Obrigações por repasses	(2.112.195)	(4.107.400)	(2.112.195)	(4.107.400)
Caixa Econômica Federal	(912.751)	(1.803.101)	(912.751)	(1.803.101)
BNDES	(531.301)	(1.039.310)	(531.301)	(1.039.310)
Finame	(359.627)	(674.625)	(359.627)	(674.625)
Do exterior	(206.065)	(432.162)	(206.065)	(432.162)
Tesouro Nacional	(7.987)	(11.305)	(7.987)	(11.305)
Outras	(94.464)	(146.897)	(94.464)	(146.897)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras ¹	(1.729.288)	12.496.087	(1.709.328)	12.415.768
Total	(54.911.411)	(86.179.568)	(53.422.984)	(83.469.233)

¹-Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	280.797.197	289.751.933
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	45.885.187	41.785.187
Total	326.682.384	331.537.120

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2025
Banco Múltiplo						280.797.197
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						17.212.145
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.309
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	398.464
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	604.569
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	700.724
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.132.061
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.806.812
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.139.934
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.139.272
Certificados de Depósitos ²						5.295.722
Curto prazo			0,00% a 16,25%			5.173.363
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	122.359
Certificados de Operações Estruturadas						275.050
Curto prazo			9,53% a 15,77% DI			271.674
Longo prazo			12,66% a 15,25% DI		2027	3.376
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			16.103.911
Curto prazo						4.410.417
Longo prazo					2028	11.693.494
Letras de Crédito do Agronegócio			0,96% a 99,50% DI 9,09% a 14,70% a.a.			213.144.186
Curto prazo						42.544.901
Longo prazo					2029	170.599.285
Letras Financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,75%			28.766.183
Curto prazo						18.007.386
Longo prazo					2028	10.758.797
Banco Patagonia						262.538
Curto prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	262.538
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						8.715.196
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ³						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	110.200
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e 04/2023	2029	3.298.903
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	758.909
Notas Estruturadas ³						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e 03/2015	2034	2.780.707
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.766.477
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(22.998)
Total						289.751.933

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2025
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						30.015.161
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.360
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.440.658
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	217.327
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.761.931
		4.775.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.396.182
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	3.149.014
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.693.687
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	335.002
Bônus Perpétuos						4.135.267
	BRL	4.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	4.135.267
Total – Banco Múltiplo						45.885.187
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)
Total Consolidado						41.785.187

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 31.612.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(19.735.785)	(36.190.787)	(20.062.038)	(36.886.563)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(15.835.538)	(29.075.559)	(15.835.538)	(29.075.559)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(797.854)	(1.430.734)	(1.124.107)	(2.126.510)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(972.431)	(1.796.185)	(972.431)	(1.796.185)
Letras Financeiras	(2.105.480)	(3.850.843)	(2.105.480)	(3.850.843)
Certificados de Operações Estruturadas	(24.482)	(37.466)	(24.482)	(37.466)
Dívidas subordinadas	(2.580.667)	(4.544.486)	(2.580.667)	(4.544.486)
Bônus e letras financeiras perpétuos ¹	(2.580.667)	(4.544.486)	(2.580.667)	(4.544.486)
Total	(22.316.452)	(40.735.273)	(22.642.705)	(41.431.049)

1 - Inclui despesas no montante de R\$ 228.055 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 662.567 mil no Exercício/2025 referente ao bônus perpétuos emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), o qual o Banco exerceu a opção de resgate em outubro de 2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Outros passivos financeiros	193.394.905	192.627.318
Operações com cartão de crédito/débito	57.621.672	58.285.771
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	46.434.377	46.434.377
Passivos de arrendamento	4.166.194	4.381.612
Fundos financeiros e de desenvolvimento	62.189.713	62.189.713
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	47.245.963	47.245.963
Marinha Mercante	4.962.643	4.962.643
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.277.364	5.277.364
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	2.852.672	2.852.672
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.459.293	1.459.293
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	85.722	85.722
Pasep	123.735	123.735
Outros	182.321	182.321
Negociação e intermediação de valores	4.371.897	404.306
Demais	18.611.052	20.931.539
Outros passivos não financeiros	36.862.963	46.727.068
Credores diversos	17.253.923	18.257.325
Passivos atuariais (Nota 28.e)	10.715.698	10.715.698
Comissões a apropriar	--	6.130.044
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.180.176	5.180.176
Obrigações sociais e estatutárias	1.132.718	1.154.195
Obrigações por convênios oficiais	1.470.268	1.470.268
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	661.182	679.914
Rendas antecipadas	8.519	102.875
Demais	440.479	3.036.573

1 – A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 46.542.479 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 703.266 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(676.930)	(1.586.105)	(676.930)	(1.586.104)
Variação cambial de outros passivos	(286.542)	4.594.929	(193.455)	4.748.395
Demais	(1.438.584)	(2.772.060)	(1.435.417)	(2.736.794)
Total	(2.402.056)	236.764	(2.305.802)	425.497



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Demandas cíveis				
Saldo inicial	17.288.861	14.766.177	17.457.956	14.928.656
Constituição	5.284.787	11.456.794	5.339.413	11.571.182
Reversão da provisão	(1.597.567)	(3.900.754)	(1.646.581)	(3.990.819)
Baixa por pagamento	(2.000.521)	(3.854.247)	(2.003.126)	(3.869.295)
Atualização monetária e variação cambial	1.131.518	1.639.108	1.135.566	1.642.504
Saldo final	20.107.078	20.107.078	20.283.228	20.282.228
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	7.600.306	7.630.188	7.646.837	7.679.384
Constituição	2.190.492	3.910.308	2.204.601	3.934.600
Reversão da provisão	(555.295)	(1.425.965)	(557.370)	(1.437.045)
Baixa por pagamento	(1.651.102)	(2.891.513)	(1.656.723)	(2.901.584)
Atualização monetária e variação cambial	408.577	769.960	410.592	772.582
Saldo final	7.992.978	7.992.978	8.047.937	8.047.937
Demandas fiscais				
Saldo inicial	1.664.304	1.584.401	1.852.419	1.750.418
Constituição	149.965	365.097	160.317	396.181
Reversão da provisão	(442.402)	(549.046)	(450.107)	(560.483)
Baixa por pagamento	(70.335)	(162.716)	(71.249)	(163.604)
Atualização monetária e variação cambial	54.403	118.199	67.255	137.123
Saldo final	1.355.935	1.355.935	1.558.635	1.559.635
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	29.455.991	29.455.991	29.889.800	29.889.800



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.177.498	7.245.393	858.362	16.327.716	7.295.130	993.782
Acima de 5 anos	3.929.580	747.585	497.573	3.954.512	752.807	565.853
Total	20.107.078	7.992.978	1.355.935	20.282.228	8.047.937	1.559.635

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Demandas fiscais	12.258.057	13.366.086
Demandas cíveis	2.277.752	2.305.913
Demandas trabalhistas	72.912	98.390
Total	14.608.721	15.770.389

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 4.796.866 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 2.920.663 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Demandas Cíveis	19.823.420	19.869.516
Demandas Fiscais	9.646.279	10.499.731
Demandas Trabalhistas	8.740.303	8.770.296
Total	38.210.002	39.139.543



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Cíveis	(4.818.738)	(9.195.148)	(4.828.398)	(9.222.867)
Trabalhistas	(2.043.774)	(3.254.303)	(2.057.823)	(3.270.137)
Fiscais	238.034	65.750	222.535	27.179
Total	(6.624.478)	(12.383.701)	(6.663.686)	(12.465.825)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Valores Correntes	95.976	13.930	(3.177.162)	(6.126.833)
IR e CSLL no país	139.705	131.636	(2.776.406)	(5.423.222)
Imposto de renda no exterior	(43.729)	(117.706)	(400.756)	(703.611)
Valores diferidos	7.858.891	13.570.561	8.441.873	14.221.422
Passivos fiscais diferidos	(486.679)	(793.745)	(317.745)	(737.741)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(29.707)	(59.269)
Marcação a mercado	(134.664)	1.048.414	68.435	1.171.364
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(862.600)	(1.842.159)	(862.600)	(1.842.159)
Lucros do exterior	510.585	--	510.585	--
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	10.271	20.542
Outros	--	--	(14.729)	(28.219)
Ativos fiscais diferidos	8.345.570	14.364.306	8.759.618	14.959.163
Diferenças temporárias	8.177.423	14.655.143	8.421.921	14.987.794
Marcação a mercado	163.285	4.341	332.835	266.547
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	4.862	(295.178)	4.862	(295.178)
Total	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes dos tributos e participações	1.297.231	6.816.490	5.402.352	15.311.750
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(583.754)	(3.067.421)	(2.431.058)	(6.890.287)
Encargos JCP	858.134	2.332.728	858.134	2.332.728
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.959.742	7.676.482	1.995.745	3.723.873
Participação de empregados no lucro	436.598	999.230	439.257	1.004.456
Outros valores ¹	3.284.147	5.643.472	4.402.633	7.923.819
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Cofins	(2.215.599)	(4.367.950)	(2.850.039)	(5.580.662)
ISSQN	(471.137)	(935.040)	(730.508)	(1.438.690)
PIS/Pasep	(360.250)	(710.222)	(486.940)	(952.480)
Outras	(87.130)	(192.720)	(524.576)	(995.791)
Total	(3.134.116)	(6.205.932)	(4.592.063)	(8.967.623)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	12.472.759	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.832.748	1.841.397
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	144.348
Dependências no exterior	16.561	16.561
Outros	52.650	145.195
Total dos passivos fiscais diferidos	14.508.862	14.754.404
Imposto de Renda	7.497.325	7.706.197
Contribuição Social	5.976.462	5.995.064
Cofins	889.968	904.846
PIS/Pasep	145.107	148.297

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 ¹	Exercício/2025		31/12/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	39.530.449	(27.139.676)	85.049.960
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	26.877.922	(19.660.736)	55.475.417
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.549	188.803	(486.029)	368.323
Provisões passivas - outras	17.097.580	9.351.310	(792.484)	25.656.406
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	946.199	(489.960)	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	2.138.540	(5.063.711)	1.284.066
Outras provisões	1.930.151	27.675	(646.756)	1.311.070
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	--	(8.719)	184.201
Total dos ativos fiscais diferidos	73.488.645	39.530.449	(27.148.395)	85.870.699
Imposto de Renda	40.722.545	20.687.409	(13.582.129)	47.827.825
Contribuição Social	32.216.819	17.608.790	(11.904.955)	37.920.654
Cofins	434.920	1.061.721	(1.391.505)	105.136
PIS/Pasep	114.361	172.529	(269.806)	17.084

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 ¹	Exercício/2025		31/12/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.240	40.364.743	(27.143.289)	87.799.694
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	26.977.573	(19.693.748)	55.636.428
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.570	188.804	(486.042)	368.332
Provisões passivas - outras	17.489.134	9.352.800	(449.563)	26.392.371
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	946.199	(489.960)	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	2.270.565	(5.143.992)	1.479.703
Outras provisões	3.219.364	628.802	(879.984)	2.968.182
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	--	(20.363)	232.318
Total dos ativos fiscais diferidos	75.467.459	40.364.743	(27.163.652)	88.668.550
Imposto de Renda	42.010.192	22.278.372	(14.672.128)	49.616.436
Contribuição Social	32.733.423	16.777.357	(10.826.403)	38.684.377
Cofins	578.354	1.122.379	(1.394.784)	305.949
PIS/Pasep	145.490	186.635	(270.337)	61.788

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Créditos tributários no exterior	826.096	1.015.344
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	26.376
Diferenças temporárias	--	5.045
Total dos créditos tributários	826.096	1.046.765
Imposto de Renda	458.942	581.536
Contribuição Social	367.154	465.229

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	21.933.327	20.901.035	22.633.078	21.007.304
Em 2027	22.052.955	19.836.605	22.689.856	19.880.050
Em 2028	19.563.787	16.749.733	20.089.331	16.756.235
Em 2029	3.261.566	2.663.655	3.355.381	2.668.808
Em 2030	3.056.037	2.380.255	3.143.413	2.384.367
Em 2031	3.137.121	2.330.285	3.225.802	2.333.590
Em 2032	2.973.961	2.106.813	3.057.643	2.109.491
Em 2033	3.154.120	2.130.993	3.240.252	2.132.350
Em 2034	2.973.961	1.916.249	3.054.859	1.917.288
Em 2035	3.763.864	2.419.807	4.178.935	2.440.367
Total de Créditos Tributários em 31/12/2025	85.870.699	73.435.430	88.668.550	73.629.850

No Exercício/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 27.148.395 mil (R\$ 27.163.652 mil no Consolidado), correspondente a 162,22% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2026	0%	26%	0%	26%
Em 2027	0%	26%	0%	26%
Em 2028	0%	23%	0%	23%
A partir de 2029	100%	25%	100%	25%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	184.587.758
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	32,34
Valor de mercado por ação (R\$)	21,92
Patrimônio líquido consolidado	192.105.295

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

O Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2025, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à quarta parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 20/05/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.417.307
Reservas de lucros	83.087.465	82.301.417
Reserva legal	16.128.978	16.128.978
Reservas estatutárias	66.958.487	66.172.439
Margem operacional	55.454.847	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	11.503.640	11.843.512

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	8.267.538	18.151.787
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.057.927	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,45	3,18

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	18.151.787
No País	13.812.787
No Exterior	4.339.000
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	27.443
3) (-) Reserva legal	(907.590)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	17.271.640
5) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	35.267
6) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 3 + item 5)	17.279.464
7) Destinações	
Juros sobre o capital próprio – Payout ¹	5.183.839
Reservas estatutárias	16.509.475
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(4.421.674)

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	410.587	0,072	01/12/2025	11/12/2025
4º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	261.630	0,046	02/12/2025	12/12/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.234.747	0,216	23/02/2026	05/03/2026
Total destinado aos acionistas	5.183.839	0,907		
Juros sobre o capital próprio ¹	5.183.839	0,907		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	31/12/2025
Banco Múltiplo	8.267.538	18.151.787	184.587.758
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	3.167	35.267	4.100.000
Resultado não realizado ²	(270.041)	(379.041)	(786.048)
Participação de não controladores	--	--	4.203.585
Consolidado	8.000.664	17.808.013	192.105.295

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31/12/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo	(1.267.857)
Hedge de investimentos no exterior	(37.076)
Varição cambial de investimentos no exterior	(11.044.288)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(6.217.529)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo	(160.967)
Hedge de fluxo de caixa	(42.115)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	296
Varição de participação no capital de coligadas/controladas	(1.001.774)
Outros resultados abrangentes	112.793
Total	(19.658.517)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	31/12/2025
BB Tecnologia e Serviços ¹	--	10	--
Fundos de Investimento	7	(1.274)	10.007
Banco Patagonia S.A.	192.789	459.535	1.076.692
BB Seguridade S.A.	1.474.708	2.867.845	3.116.886
Participação dos não controladores	1.667.504	3.326.116	4.203.585

1 - No 2º semestre/2025, o Banco do Brasil passou a deter a totalidade das ações emitidas pela BB Tecnologia e Serviços. O valor apresentado no Exercício/2025 refere-se à parcela no 1º semestre/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/12/2025	
	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.586.898.660	45,1
Total	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.406.347.986	76,9
Residentes no exterior	1.324.486.054	23,1

1 - Inclui, em 31/12/2025, 73.450 e 11.957 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente.

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹
	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	292.753
Comitê de Auditoria	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/12/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.623.097	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.399	100,0	22.455.806	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	71,9
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.260)		(258.497)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 28.683 mil no exercício/2025.

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência da resolução supracitada, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	346.759	28,03	69.342	104.016	03/2026
				69.342	03/2027
				48.531	03/2028
				34.664	03/2029
				20.864	03/2030
Total de ações a distribuir				277.417	

1 – No programa 2024, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Administração de fundos	3.294.791	6.371.430	5.451.098	10.515.988
Comissões de seguros, previdência e capitalização	152.683	316.419	2.980.190	5.952.089
Conta corrente	2.809.381	5.492.820	2.809.856	5.493.726
Taxas de administração de consórcios	--	--	1.839.088	3.519.226
Rendas de cartões	861.981	1.686.456	1.019.164	2.033.024
Operações de crédito e garantias prestadas	672.316	1.396.060	672.390	1.398.115
Cobrança	547.450	1.105.748	576.968	1.167.822
Arrecadações	499.770	1.002.592	482.011	969.237
Rendas do mercado de capitais	82.623	158.131	399.443	765.996
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	140.604	293.400	140.604	293.400
Interbancária	29.004	59.982	29.004	59.982
Outras	826.706	1.629.431	1.298.026	2.644.458
Total	9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063

1 – Inclui o montante de R\$ 25.215 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 48.565 mil no Exercício/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Proventos	(5.947.936)	(11.649.528)	(6.732.846)	(13.255.948)
Encargos sociais	(1.982.776)	(4.234.741)	(2.170.466)	(4.637.411)
Benefícios	(2.035.296)	(3.994.876)	(2.157.889)	(4.239.113)
Provisões administrativas de pessoal	(1.226.853)	(2.779.437)	(1.231.811)	(2.789.011)
Previdência complementar	(654.228)	(1.152.647)	(664.768)	(1.173.068)
Honorários de diretores e conselheiros	(28.147)	(51.881)	(41.872)	(76.765)
Treinamentos	(29.889)	(52.688)	(37.375)	(65.378)
Total	(11.905.125)	(23.915.798)	(13.037.027)	(26.236.694)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Amortização	(1.399.163)	(2.703.260)	(1.402.447)	(2.710.485)
Depreciação	(1.184.112)	(2.045.274)	(1.268.148)	(2.198.322)
Processamento de dados	(1.171.295)	(2.261.084)	(892.711)	(1.702.184)
Serviços de vigilância e segurança	(721.479)	(1.434.201)	(743.036)	(1.475.746)
Aluguéis	(311.218)	(895.789)	(317.457)	(907.862)
Manutenção e conservação de bens	(636.493)	(1.272.052)	(427.420)	(873.253)
Serviços técnicos especializados	(301.203)	(576.366)	(396.289)	(752.961)
Propaganda e publicidade	(295.915)	(528.443)	(320.765)	(571.121)
Serviços do sistema financeiro	(219.351)	(447.456)	(270.631)	(561.865)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(201.571)	(519.512)	(201.571)	(519.512)
Comunicações	(191.566)	(401.325)	(229.171)	(473.408)
Água, energia e gás	(198.802)	(424.751)	(209.143)	(447.268)
Serviços de terceiros	(441.739)	(850.571)	(211.471)	(444.041)
Promoções e relações públicas	(150.232)	(261.261)	(184.340)	(307.546)
Viagem no país	(63.162)	(114.454)	(82.279)	(152.708)
Transporte	(32.591)	(81.538)	(44.323)	(104.820)
Material	(7.265)	(14.519)	(20.100)	(35.772)
Outras	(371.416)	(679.902)	(416.017)	(737.723)
Total	(7.898.573)	(15.511.758)	(7.637.319)	(14.976.597)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Atualização de ativo atuarial	1.673.284	3.665.760	1.673.284	3.665.760
Atualização de depósitos em garantia	1.433.991	2.798.079	1.439.569	2.812.923
Recuperação de encargos e despesas	1.391.081	2.626.704	1.072.783	2.027.074
Operações com cartões	881.607	1.298.867	1.085.891	1.739.583
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	384.837	1.038.757	384.837	1.038.757
Atualização de impostos a compensar	426.026	551.278	426.026	551.278
Clube de Benefícios BB	232.250	483.924	232.250	483.924
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	159.374	180.988	159.374	180.988
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	74.749	176.928
Reversão de provisões - outras	18.881	63.420	59.818	130.728
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	60.499	104.693	60.499	104.693
Dividendos recebidos	61.162	231.013	20.000	41.619
Rendas de títulos e créditos a receber	7.091	9.164	7.091	9.164
Outras	233.691	397.401	434.430	734.972
Total	6.963.774	13.450.048	7.130.601	13.698.391

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Operações com cartões	(1.731.605)	(2.839.774)	(1.852.846)	(3.101.405)
Serviços de terceiros	(628.300)	(1.255.809)	(908.778)	(1.784.848)
Bônus de relacionamento negocial	(870.964)	(1.695.491)	(870.964)	(1.695.491)
Descontos concedidos em renegociação	(878.371)	(1.469.570)	(878.371)	(1.469.570)
Atualização das obrigações atuariais	(707.307)	(1.377.093)	(707.307)	(1.377.093)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(368.940)	(727.223)
Transporte de valores	(326.615)	(639.905)	(326.615)	(639.905)
Convênio INSS	(328.059)	(635.357)	(328.059)	(635.357)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(293.732)	(562.927)	(293.732)	(562.927)
Autoatendimento	(157.862)	(423.724)	(157.862)	(423.724)
Falhas/fraudes e outras perdas	(205.552)	(304.799)	(248.768)	(366.854)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(185.024)	(242.843)	(199.391)	(281.199)
Outras despesas de provisões operacionais	(794)	(1.454)	(46.346)	(88.214)
Perda por redução ao valor recuperável	(13.523)	(13.523)	(590)	(590)
Outras	(2.284.904)	(5.078.398)	(2.329.742)	(5.177.548)
Total	(8.612.612)	(16.540.667)	(9.518.311)	(18.331.948)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Benefícios de curto prazo	34.803	69.059
Honorários e encargos sociais	20.771	39.364
Diretoria Executiva	20.629	39.050
Conselho de Administração	142	314
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	8.927	21.192
Outros ¹	5.105	8.503
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	495	604
Remuneração baseada em ações	--	15.138
Total	35.298	84.801

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 2º Semestre/2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 574.541 mil no Banco Múltiplo e R\$ 257.971 mil no Consolidado. No Exercício/2025, esse montante foi de R\$ 1.075.342 mil no Banco Múltiplo e de R\$ 485.120 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 35.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 69.439 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 133.792 mil no Exercício/2025.



c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.929.710

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador:** União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas:** Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto:** Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração:** Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas:** Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	6.126.344	11.469.452	6.209	37.203.719	56.693.295
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	4.517.680	1.913.661	--	5.900.166	12.331.507
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	9	253.451	--	1.591.857	1.845.398
Carteira de crédito ¹	--	997.170	8.112.906	6.209	19.370.790	28.487.075
Outros ativos ²	1.887.490	611.485	1.189.434	--	10.340.906	14.029.315
Garantias recebidas	207.061	--	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	52.860.700	34.213.513	17.093.598	31.519	73.394.527	177.593.857
Recursos de clientes	3.777.713	202.928	407.858	2.971	11.117.284	15.508.754
Recursos de instituições financeiras	16.653	29.772.954	2.458.498	--	60.402.779	92.650.884
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.135.267	22.999	22.450	28.548	57.692	4.266.956
Outros passivos ^{2 3}	44.931.067	4.214.632	14.204.792	--	1.816.772	65.167.263
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	101.799	5.066.435	4.383	105.064	5.670.508
Demonstração do resultado	2º Semestre/2025					
Receitas da intermediação financeira	3.794.851	988.440	817.750	618	1.947.876	7.549.535
Despesas da intermediação financeira	(134.377)	(1.711.927)	(201.499)	(2.045)	(2.448.157)	(4.498.005)
Receitas de prestação de serviços	51.483	19.883	471.819	--	267.375	810.560
Outras receitas	3.267	368.465	287.629	--	358.878	1.018.239
Outras despesas	(1.230.040)	(1.209.132)	(1.015.939)	--	(351.863)	(3.806.974)
Demonstração do resultado	Exercício/2025					
Receitas da intermediação financeira	7.062.509	1.516.857	1.325.253	1.189	3.525.633	13.431.441
Despesas da intermediação financeira	(248.912)	(3.165.646)	(337.822)	(4.077)	(4.709.760)	(8.466.217)
Receitas de prestação de serviços	103.914	37.767	876.341	--	579.913	1.597.935
Outras receitas	6.956	792.966	587.989	--	365.341	1.753.252
Outras despesas ²	(2.645.223)	(2.342.639)	(1.538.103)	--	(625.726)	(7.151.691)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 1.645 mil no 2º semestre/2025 (R\$ 20.415 mil de reforço de provisão no Exercício/2025).

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos ³	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado			2º Semestre/2025		
Receitas da intermediação financeira	3.794.851	817.750	618	1.947.876	6.561.095
Despesas da intermediação financeira	(134.377)	(201.499)	(2.045)	(2.448.157)	(2.786.078)
Receitas de prestação de serviços	53.643	3.732.639	5	296.540	4.082.827
Outras receitas	3.267	411.961	--	358.878	774.106
Outras despesas	(1.226.876)	(1.016.052)	--	(356.271)	(2.599.199)
Demonstração do resultado			Exercício/2025		
Receitas da intermediação financeira	7.062.509	1.323.747	1.189	3.528.841	11.916.286
Despesas da intermediação financeira	(248.912)	(337.822)	(4.077)	(4.709.760)	(5.300.571)
Receitas de prestação de serviços	112.263	7.291.318	16	656.646	8.060.243
Outras receitas	6.956	836.653	--	365.341	1.208.950
Outras despesas ²	(2.603.914)	(1.538.227)	--	(632.338)	(4.774.479)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 1.645 mil no 2º semestre/2025 (R\$ 20.415 mil de reforço de provisão no Exercício/2025).

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmair ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
	Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão

1 - Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	86.919	121.572	208.491
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.984	16.295	26.279
Planos de Assistência Médica	88.528	104.848	193.376
Cassi	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.346	4.950	13.296



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.300.715	2.381.250
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	367.852	697.239
Plano Previ Futuro	700.138	1.246.846
Plano Informal	63.005	121.579
Outros Planos	169.720	315.586
Planos de Assistência Médica	1.247.396	2.375.815
Cassi	1.104.306	2.104.075
Outros Planos	143.090	271.740
Total	2.548.111	4.757.065

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.013.337 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.162.681 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	833.142	2.165.024
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.642.520	3.596.214
Plano Previ Futuro	(700.138)	(1.246.846)
Plano Informal	(51.190)	(102.145)
Outros Planos	(58.050)	(82.199)
Planos de Assistência Médica	(1.361.964)	(2.626.426)
Cassi	(1.226.154)	(2.365.608)
Outros Planos	(135.810)	(260.818)
Total	(528.822)	(461.402)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 31/12/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
Custo de juros	(17.594.917)	(82.895)	(1.157.512)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(10.108)	--	(91.825)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	(19.251)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	17.045.504	121.579	987.804	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(9.942.316)	(46.739)	(445.235)	(497.952)
Ajuste de experiência	(1.442.634)	(9.801)	532	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(8.499.682)	(36.938)	(445.767)	(492.145)
Saldo final	(139.573.241)	(664.842)	(9.166.110)	(8.337.601)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(139.573.241)	--	(361.462)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(664.842)	(8.804.648)	(666.085)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos ¹
Saldo inicial	182.839.230	--	--	7.714.673
Receita de juros	24.797.453	--	--	1.032.972
Antecipação de contraprestação ²	--	--	361.462	--
Contribuições recebidas	1.383.605	121.579	987.804	518.751
Participantes	686.366	--	--	196.857
Empregador	697.239	121.579	987.804	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(17.045.504)	(121.579)	(987.804)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.216.237	--	--	(608.605)
Saldo final	202.191.021	--	361.462	7.671.516

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmair (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2-Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
1) Valor justo dos ativos do plano	202.191.021	--	361.462	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(139.573.241)	(664.842)	(9.166.110)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	62.617.780	(664.842)	(8.804.648)	(666.085)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	31.308.890	(664.842)	(8.804.648)	(780.605)

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Outros Planos
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Custo do serviço corrente	(1.934)	(5.054)	--	--	(46.585)	(91.825)	(654)	(1.270)
Custo dos juros	(4.455.658)	(8.797.458)	(40.739)	(82.894)	(587.551)	(1.157.512)	(295.187)	(586.966)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.100.112	12.398.726	--	--	--	--	245.001	514.772
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(10.451)	(19.251)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(592.018)	(1.116.271)	(145.309)	(273.716)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	2.289	4.163
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.642.520	3.596.214	(51.190)	(102.145)	(1.226.154)	(2.365.608)	(193.860)	(343.017)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(5.175.074)	(69.842)	(200.844)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	131.525	(46.740)	(445.236)	(574.170)
Efeitos fiscais	(62.550)	21.033	200.356	259.714
Saldo final	(5.106.099)	(95.549)	(445.724)	(570.157)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

31/12/2025	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,45	17.076.362	16.794.198	16.478.812	311.823.117	362.172.489
Plano Informal (Previ)	5,43	114.338	106.223	98.375	952.892	1.271.828
Plano de Associados (Cassi)	8,73	1.069.360	1.047.213	1.025.912	29.803.043	32.945.528
Regulamento Geral (Economus)	7,32	769.129	761.624	752.989	13.602.578	15.886.320
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,32	5.048	5.256	5.475	134.381	150.160
Plus I e II (Economus)	9,59	54.824	56.600	58.277	2.238.814	2.408.515
Grupo B' (Economus)	6,50	26.655	26.285	25.863	360.936	439.739
Prevmais (Economus)	7,97	37.823	37.649	37.464	843.232	956.168
Multifuturo I (Fusesc)	7,52	9.360	9.298	9.226	179.232	207.116
Plano I (Fusesc)	6,21	54.849	53.350	51.742	657.427	817.368
Plano BEP (Prevbep)	7,68	8.426	8.367	8.298	166.270	191.361

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Outros Planos
Renda fixa	140.057.720	7.117.660
Renda variável ¹	44.562.901	114.449
Investimentos imobiliários	10.857.658	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.398.500	152.730
Outros	1.314.242	450.057
Total	202.191.021	8.032.978
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.734.652	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.192.927	30.249

1 - No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 5.207.747 mil referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Taxa de inflação (a.a.)	3,58%	3,60%	3,57%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	9,74%	9,83%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,73%	--	--	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,56%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

31/12/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

31/12/2025	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
Valor apurado - Previ	226.681.143	(214.204.323)	12.476.820
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(24.490.122)	--	(24.490.122)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	74.631.082	74.631.082
Valor apurado - Banco	202.191.021	(139.573.241)	62.617.780

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.292.325)	2.367.881	2.102.774	(2.159.187)	466	(465)
Plano Informal (Previ)	(7.981)	8.185	15.845	(15.881)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(132.876)	137.369	106.207	(108.549)	518	(508)
Regulamento Geral (Economus)	(105.156)	108.481	97.584	(101.345)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.078)	1.113	(1.971)	2.007	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.524)	13.020	16.168	(15.985)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.990)	3.074	4.347	(4.500)	--	--
Prevmias (Economus)	(5.577)	5.767	1.884	(1.861)	706	(701)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.537)	1.606	884	(924)	156	(149)
Plano I (Fusesc)	(5.116)	5.742	7.774	(7.441)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.250)	1.292	938	(981)	--	--

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

31/12/2025	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
Plano 1 (Previ)	31.308.890	--
Plano Informal (Previ)	--	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	(8.804.648)
Regulamento Geral (Economus)	--	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11.481	--
Plus I e II (Economus)	--	(607.913)
Grupo B' (Economus)	--	(204.985)
Prevmias (Economus)	188.701	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.519	--
Plano I (Fusesc)	133.578	--
Plano BEP (Prevbep)	38.324	--
Total	31.774.493	(10.715.698)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.350.558	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(367.852)	(697.239)
Atualização	384.837	1.038.757
Saldo final	12.367.543	12.367.543

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.364.436.124	2.358.614.695
Disponibilidades	19.737.849	19.737.849
Ativos financeiros	2.344.698.275	2.338.876.846
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.483.316	189.915.180
Títulos e valores mobiliários	729.783.934	728.558.008
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	4.657.484
Carteira de crédito	1.229.907.027	1.224.879.660
Outros ativos financeiros	70.850.381	70.850.381
Passivos financeiros	2.153.615.868	2.147.137.744
Recursos de clientes	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	331.537.120	331.537.120
Outros passivos financeiros	192.627.318	192.627.318
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	4.474.734

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio, derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.



Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	656.536.207	631.105.518	25.096.194	334.495
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	640.022.346	627.293.500	12.655.319	73.527
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.208.772	--	4.208.772	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.707.965	--	1.707.965	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/12/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	(45.673)	--	(46.874)	(128.055)	--	73.527
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	2.489	--	--	--	--	48.682
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	96.886	76.138	(2)	--	4.466	212.286
Total	375.120	53.702	76.138	(46.876)	(128.055)	4.466	334.495



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A Análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;



- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31/12/2025						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras Financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. Vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. Judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de Tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. Prazo Fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações Comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.



Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.535.295.821	1.572.718.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.012.603	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	72.460.534	82.477.888
Carteira de crédito	1.204.776.235	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	71.046.449	70.850.381
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	8.299.474	12.281.388
Instrumentos de dívida e patrimônio	3.670.895	7.623.904
Derivativos	4.628.579	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo resultados abrangentes	631.890.239	640.160.840
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	247.613.948	251.332.405

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias
Contratadas com garantias	730.613.537	683.831.952	730.613.537	683.831.952
Produtor rural	375.201.060	342.926.821	375.201.060	342.926.821
Pessoa física	53.901.893	53.217.004	53.901.893	53.217.004
Financiamento de veículos	2.443.188	2.344.507	2.443.188	2.344.507
Financiamento imobiliário	44.736.541	44.506.971	44.736.541	44.506.971
Demais	6.722.164	6.365.526	6.722.164	6.365.526
Pessoa jurídica	301.510.584	287.688.127	301.510.584	287.688.127
Atacado	125.331.420	113.846.680	125.331.420	113.846.680
Varejo/MPE	176.179.164	173.841.447	176.179.164	173.841.447
Contratadas sem garantias	194.202.966	--	194.202.966	--
Contratadas com outros mitigadores	279.959.732	--	305.090.524	--
Total	1.204.776.235		1.229.907.027	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões,



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (iii) edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:



Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

ATIVO	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement - cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement - cash collateral⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.



Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Mercado interno	1.164.210.171	1.164.472.166
Sudeste	462.927.894	463.032.072
Sul	196.191.748	196.235.899
Centro-Oeste	237.290.745	237.344.146
Nordeste	182.559.693	182.600.777
Norte	85.240.090	85.259.273
Mercado externo	40.566.064	65.434.861
Total do ativo	1.204.776.235	1.229.907.027

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

Destacamos que, com o advento do uso da IA e IA Generativa no BB, houve a necessidade de aplicação do escopo da gestão do risco de modelo para além dos modelos tradicionais, dada a relevância em termos de estratégia para a Organização.

Dessa forma, o Risco de Modelo passou a ser avaliado como um risco de nível 1, saindo do escopo de categoria gerencial do risco operacional.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política específica de gerenciamento de riscos e capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de gestão e monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos



e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento do limite estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer (CRO)*, sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos



e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a



Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	204.528.805
Nível I	192.794.046
Capital Principal (CP)	165.281.946
Patrimônio líquido	184.878.402
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(31.714.530)
Capital Complementar	27.512.100
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.512.100
Nível II	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.351.829.024
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.090.837.455
Risco de Mercado (RWAMPAD)	40.709.562
Risco Operacional (RWAOPAD)	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	108.146.322
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	96.382.483
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	14,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	12,23%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	15,13%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(17.165.731)
Ativos intangíveis	(11.970.240)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.073.292)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(864.385)
Participação de não controladores ²	(583.688)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(52.779)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(4.415)
Total	(31.714.530)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assembléadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	31/12/2025
Situação do limite de imobilização	19,82%
Margem em relação ao limite de imobilização	61.723.580

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	12,23%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	14,26%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,13%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	19,82%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico



Em 31/12/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, na modalidade perpétua, conforme definido em suas emissões, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:

- intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

O cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da quarta parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2025, remanescendo o saldo de R\$ 4,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	229.480.916	233.183.539
Compromissos de crédito	216.736.304	220.438.927
Não canceláveis	166.962.507	168.156.922
Canceláveis	49.773.797	52.282.005
Crédito a liberar	12.744.612	12.744.612
Não canceláveis	253.471	253.471
Canceláveis	12.491.141	12.491.141
Garantias prestadas	18.133.032	18.148.866
Créditos abertos para importação contratados	1.429.582	1.567.203
Créditos de exportação confirmados	186.005	186.535

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	165.495	24.794	444.628	634.917
Compromissos de crédito e créditos a liberar	137.921	15.985	460	154.366
Total	303.416	40.779	445.088	789.283

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	165.621	24.577	444.628	634.826
Compromissos de crédito e créditos a liberar	142.614	16.013	460	159.087
Total	308.235	40.590	445.088	793.913



32 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/12/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	466.906.681	453.427.816
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	28.984.986	28.805.774
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	32.292	29.832
Total	495.923.959	482.263.422

1 – Inclui o saldo de R\$ 26.398.785 referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹		
Ativos financeiros transferidos	89.098	89.098
Passivos financeiros associados	89.197	89.197
Posição líquida	(99)	(99)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	Exercício/2025
Resultado recorrente	17.879.981
Resultado não recorrente	(71.968)
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) ¹	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes ²	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2 - O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

31/12/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	17.192.762	--	17.192.762	19.737.849	--	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.616.204	1.681.548	8.297.752	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	3.669.173	--	3.669.173	7.620.302	--	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	2.947.031	1.681.548	4.628.579	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado	821.384.110	833.890.013	1.655.274.123	839.171.058	853.227.085	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133	120.016.133	--	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.613.389	2.399.214	187.012.603	187.716.049	1.767.267	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	38.332.004	34.090.699	72.422.703	46.515.950	35.625.336	82.141.286
Carteira de crédito	445.795.320	758.980.915	1.204.776.235	457.294.227	772.612.800	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	32.627.264	38.419.185	71.046.449	27.628.699	43.221.682	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(41.030.130)	(61.746.406)	(102.776.536)	(41.518.436)	(62.272.055)	(103.790.491)
Carteira de crédito	(36.264.048)	(61.740.711)	(98.004.759)	(36.712.231)	(62.026.454)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	(4.766.082)	(5.695)	(4.771.777)	(4.806.205)	(245.601)	(5.051.806)
Ativos fiscais	37.951.433	59.468.047	97.419.480	39.585.687	61.491.319	101.077.006
Correntes	11.548.781	--	11.548.781	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	26.402.652	59.468.047	85.870.699	27.457.980	61.210.570	88.668.550
Investimentos	--	41.173.368	41.173.368	--	20.526.343	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.064.231	41.064.231	--	20.388.708	20.388.708
Outros investimentos	--	143.790	143.790	--	143.790	143.790
Perdas por redução ao valor	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.155)	(6.155)
Imobilizado	--	16.967.411	16.967.411	--	17.521.224	17.521.224
Imobilizações de uso	--	27.335.964	27.335.964	--	27.959.857	27.959.857
Direito de uso	--	4.377.166	4.377.166	--	4.680.985	4.680.985
Depreciação acumulada	--	(14.723.055)	(14.723.055)	--	(15.094.171)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	11.953.028	11.953.028	--	12.034.747	12.034.747
Ativos intangíveis	--	22.251.907	22.251.907	--	22.811.545	22.811.545
Amortização acumulada	--	(10.259.346)	(10.259.346)	--	(10.707.374)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos não financeiros	5.538.273	31.850.671	37.388.944	7.742.415	32.073.340	39.815.755
Total do ativo	861.411.685	1.553.363.621	2.414.775.306	891.553.755	1.560.066.953	2.451.620.708
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Passivos financeiros ao custo	1.514.546.837	621.232.834	2.135.779.671	1.530.828.891	618.312.243	2.149.141.134
Recursos de clientes	617.998.627	242.649.693	860.648.320	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	691.452.706	63.601.356	755.054.062	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75.731.233	250.951.151	326.682.384	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	129.364.271	64.030.634	193.394.905	131.570.200	61.057.118	192.627.318
Provisões	13.691.965	22.356.660	36.048.625	14.394.005	22.804.746	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.930.895	20.525.096	29.455.991	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	4.761.070	1.831.564	6.592.634	5.331.581	1.977.370	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	303.416	485.867	789.283	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	3.757.498	12.472.759	16.230.257	8.479.712	12.700.101	21.179.813
Correntes	1.721.395	--	1.721.395	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	2.036.103	12.472.759	14.508.862	2.054.303	12.700.101	14.754.404
Outros passivos não financeiros	14.333.449	22.529.514	36.862.963	18.560.781	28.166.287	46.727.068
Total do passivo	1.549.942.007	680.245.541	2.230.187.548	1.575.878.451	683.636.962	2.259.515.413
Patrimônio líquido	--	184.587.758	184.587.758	--	192.105.295	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido	1.549.942.007	864.833.299	2.414.775.306	1.575.878.451	875.742.257	2.451.620.708



35 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	31/12/2025	31/12/2025
Patrimônio Administrado	1.267	1.782.896.415
Fundos de investimentos	1.261	1.766.734.332
Carteiras administradas	6	16.162.083

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Grupo BB	62.116.604	61.233.426
Terceiros	109.830.719	161.788.093
Total do ativo	171.947.323	223.021.519
Passivo		
Grupo BB	33.974.110	32.495.716
Terceiros	126.104.697	169.188.574
Patrimônio líquido	11.868.516	21.337.229
Atribuível à controladora	11.868.516	20.260.537
Participação dos não controladores	--	1.076.692
Total do passivo	171.947.323	223.021.519

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício 2025	2º Semestre/2025	Exercício 2025
Lucro líquido	963.595	2.047.311	2.084.381	4.798.536
Atribuível à controladora	963.595	2.047.311	1.891.591	4.339.000
Participações dos não controladores	--	--	192.790	459.536

c) Recursos de consórcios

	31/12/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.157.049
Obrigações do grupo por contribuições	79.878.378
Consoiciados - bens a contemplar	73.289.786
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	428
Quantidade de consorciados ativos	1.791.702
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	250.625

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	132.983	273.565



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	2º Semestre/2025		Exercício/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	221	29.953	221	58.520
Outros órgãos/entidades	8	3.409	8	6.624
Sem ônus para o Banco²				
Governos Federal, Estadual e Municipal	239	--	239	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	598	--	598	--
Entidades dos funcionários	70	--	70	--
Entidades controladas e coligadas	849	--	849	--
Total	1.985	33.362	1.985	65.144

1 - Posição no último dia do período.

2 - No período de 01/01 a 31/12/2025, o Banco foi ressarcido em R\$ 788.885 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/12/2025
Menor Salário	4.189
Maior Salário	70.090
Salário Médio	13.033
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.360
Presidente	90.186
Vice-presidente	80.723
Diretor	68.414
Comitê de Auditoria - Titular	61.573
Comitê de Riscos e de Capital	61.573
Conselho Fiscal	7.847
Conselho de Administração	7.847

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/12/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	1.037.519	7.340

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



g) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das operações contratadas era de R\$ 22.556.901 mil.

h) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduz no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global (Pilar 2), alinhado às Regras GloBE da OCDE, aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira adaptou conceitos da legislação internacional, incorporando elementos próprios das Regras GloBE que divergem de práticas tradicionais do sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE e o tratamento do imposto de renda diferido nos tributos abrangidos.

A Administração tem acompanhado a regulamentação vigente no Brasil e no exterior e vem adequando processos internos e sistemas para atendimento às exigências do Pilar 2 nas jurisdições em que o Banco e suas controladas operam.

O Banco continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas influenciadas pelo cenário geopolítico internacional, que podem afetar a implementação global do Pilar 2.

Até a presente data, não foram identificados impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis, permanecendo a Administração avaliando eventuais efeitos conforme novas orientações sejam emitidas.

i) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralégais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



36 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

**Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores
do Banco do Brasil S.A.**

Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (g), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2025 provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito, realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;
- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método “Individualizado”, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos

em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A., nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria, não contendo qualquer modificação, com data de 10 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Arouche Contador CRC
1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Segundo semestre de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/12/2024, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 31/12/2025, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, que inclui a proposta de destinação do lucro líquido a ser submetida aos acionistas na assembleia geral ordinária, na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.183.839.339,78 (cinco bilhões cento e oitenta e três milhões oitocentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos) e constituição de reservas, sendo reserva legal no montante de R\$ 907.589.349,75 (novecentos e sete milhões quinhentos e oitenta e nove mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e reservas estatutárias no montante de R\$ 12.087.801.565,23 (doze bilhões oitenta e sete milhões oitocentos e um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), todos referentes ao exercício de 2025.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2026.

Anelize Lenzi Ruas de Almeida

assinada eletronicamente

Elisa Vieira Leonel

assinada eletronicamente

Fábio Franco Barbosa Fernandes

assinada eletronicamente

Fernando Florêncio Campos

assinada eletronicamente

Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira

assinada eletronicamente

Selma Cristina Alves Siqueira

assinada eletronicamente

Selma Cristina Alves Siqueira

assinada eletronicamente

Valmir Pedro Rossi

assinada eletronicamente

Tarciana Paula Gomes Medeiros

assinada eletronicamente



Parecer do Conselho Fiscal

O **CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram aprovados, em 10/02/2026, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG, sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2026.

Bernard Appy
Conselheiro

Andriei José Beber
Conselheiro

João Vicente Silva Machado
Conselheiro

Tatiana Rosito
Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto
Presidente



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzano
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07